

vida pastoral

maio-junho de 2025 – ano 66 – número 363



A PRESENÇA HUMANA E DIVINA DE JESUS CRISTO NO MUNDO

Reflexões à luz dos 1.700 anos do *Concílio de Niceia* (325-2025) e dos 10 anos da *Laudato Si'* (2015-2025)

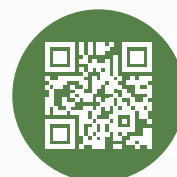


Um presente que se renova a cada edição.

Surpreenda quem você ama com uma assinatura da *Revista Vida Pastoral*. Uma fonte rica de conhecimento teológico, espiritualidade profunda e ética cristã. Tudo isso em linguagem de fácil compreensão.



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus



**ASSINE
AGORA**

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

**vida
pastoral**

Jesus Cristo está na boca de muita gente. Se também está no coração, isso é outro assunto. Jesus é tema presente no cinema, na literatura, na mídia em geral. A favor ou contra, é inegável o interesse sobre sua pessoa. Ouve-se seu nome na praça, nas igrejas. São incontáveis as igrejas que carregam seu nome. Exalta-se o nome dele na tevê e no rádio. No entanto, o ambiente em que ele é mais badalado é na internet. No ambiente digital, há “Jesus” para todos os gostos. Fala-se dele nos *reality shows*, nos festivais de música. Aliás, nesses festivais agora não pode faltar o estilo *gospel*.

Não obstante, parece que falta o Jesus do Evangelho, que se encarnou no seio da Virgem Maria, se fez história, se tornou em tudo semelhante a nós, menos no pecado (Hb 4,15-16). Menos no pecado, porque Deus não compactua com aquilo que fere a dignidade de sua criação. O pecado desconfigura o projeto original do Criador.

Parece que está faltando o Cristo do Evangelho porque há uma atmosfera de ódio meio generalizada em nosso meio, de intolerância e dos mais variados preconceitos, instalados em discursos e práticas, também de pessoas que enchem a boca para dizer “sou cristão”. Talvez nós, que nos dizemos “crentes”, precisemos de mais esforços para “dar razão da nossa fé” (1Pd 3,15).

Para o Cristo do Evangelho, testemunhado pelos primeiros discípulos, não basta uma fé apenas de boca; faz-se necessária uma fé de coração, porque se exige coragem. Não por acaso, a palavra “coragem” tem a mesma raiz da palavra “coração”. Dar razão da fé, portanto, é adentrar a experiência do mistério, que é profundo. É como aquela cena do apóstolo Pedro, quando, de madrugada, viu Jesus caminhando sobre as águas e os discípulos todos assombrados. Então, Pedro pediu: “Senhor, se és tu, manda-me ir ao teu

encontro caminhando sobre as águas” (Mt 14,28). Jesus permitiu. Pedro, porém, sentiu um vento forte, que certamente lhe estremeceu o corpo todo, e começou a afundar. A fé é um terreno escorregadio. À semelhança de Pedro, podemos afundar quando concebemos um tipo de cristianismo sem Cristo. Pedro começa a afundar por isso. Ele ainda tinha uma fé ingênua, ou talvez se deixasse levar por meras ilusões de um projeto pessoal e mundano. O bonito foi que Pedro gritou, pedindo socorro. Ele foi humilde. Coisa triste é gente que se diz cristã e tem postura de arrogância e prepotência, que se acha maior e melhor do que os outros.

Jesus estendeu a mão e segurou Pedro. Ele também nos estende a mão quando fracassamos na fé. Pedro representa a comunidade. Não se concebe acreditar em Jesus Cristo fora de um vínculo eclesial. A fé está vinculada à fé da comunidade, da Igreja. Hoje temos um problema candente: certo confronto entre o Jesus Cristo *popstar* – ou, para usar uma palavra da moda, o Jesus *influencer* – e o Jesus Cristo da fé. Nem sempre se fala corretamente de Jesus. O desafio é falar corretamente sobre ele. Precisamos da inteligência do mistério.

É o que se propõe esta edição de *Vida Pastoral*: abrir a inteligência ao mistério de Jesus, a exemplo dos discípulos de Emaús, para buscar compreender a pessoa de Jesus, o evento Jesus Cristo (Lc 24,13-35). A inteligência aqui também tem a ver com o coração. A inteligência do mistério de Jesus não pode ser desligada da prática dos cristãos, do autêntico discipulado.

Boa leitura e preparação, neste tempo especial do Jubileu da Esperança!

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Editor

vida pastoral

Revista bimestral para ministros ordenados
e agentes de pastoral

Ano 66 - Nº 363
maio-junho de 2025



© PAULUS – 2025
Pia Sociedade de São Paulo
Rua Francisco Cruz, 199
04117-091 – São Paulo - SP
paulus.com.br
ISSN – 0507-7184

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editor

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Redação

vidapastoral@paulus.com.br

Conselho editorial

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Pe. Darci Luiz Marin, ssp
Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Pe. Paulo Sérgio Bazaglia, ssp

Imagens

Romolo Picoli Ronchetti

Diagramação

Thais Moreno Ferreira

Revisão

Alexandre S. Santana
André Tadashi Odashima
Tatianne Francisquetti

Impressão - PAULUS

Versão digital

vidapastoral.com.br



Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

SUMÁRIO

FIDELIDADE DA IGREJA À FÉ EM JESUS CRISTO
PROCLAMADA PELO NOVO TESTAMENTO: OS 1.700
ANOS DO CONCÍLIO DE NICEIA 4
Pe. Eliseu Wisniewski

CONCÍLIO DE NICEIA: A DIVINDADE DE JESUS À LUZ
DO DISCIPULADO DE JESUS DE NAZARÉ 12
Pe. Leonardo Lucian Dall'Osto

LAUDATO SI': DEZ ANOS DEPOIS, UM CAMINHO
A PERCORRER 18
Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, sj

PERSPECTIVAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS A PARTIR
DA ENCÍCLICA LAUDATO SI' 26
Prof. Eduardo Brasileiro

ROTEIROS HOMILÉTICOS 35
Pe. Francisco Cornélio

FAÇA SUA ASSINATURA!



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais!

Para mais informações, entre em contato:

paulus.com.br/loja

☎ (11) 3789-4000 | 0800 016 40 11

📞 (11) 3789-4000

✉ assinaturas@paulus.com.br

📱 @editorapaulus

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44, 45, 78, 79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de Setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136 – Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BOA VISTA – RR

Avenida Ville Roy, 5011 – sala 01 – Centro
(95) 3212-5340 / 98122-0040
boavista@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINA GRANDE – PB

Rua Afonso Campos, 233 – Centro
(83) 3182-0659 / 99956-0020
campinagrande@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilhos, 2029
(54) 3221-8266
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599 – Centro
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119 – Centro
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523 – Centro
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

GUARAPUAVA – PR

Rua XV de Novembro, 7466 - Lj. 1
(42) 9926-0224
guarapuava@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopeessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MACEIO – AL

Rua Barão de Alagoas, 32 – Centro
(82) 3142-0544
maceio@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21 – Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Rua Camboa do Carmo, 83
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 – Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 / 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

TERESINA – PI

Rua Rui Barbosa, 45 – Centro
(86) 3142-1295 / 99935-0001
teresina@paulus.com.br

UBERLÂNDIA – MG

Av. Cesário Alvim, 757 - Loja 1 – Centro
(34) 2512-4358
uberlandia@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

FIDELIDADE DA IGREJA À FÉ EM JESUS CRISTO PROCLAMADA PELO NOVO TESTAMENTO: OS 1.700 ANOS DO CONCÍLIO DE NICEIA

A celebração dos 1.700 anos do Concílio de Niceia oferece-nos a oportunidade de revisitar esse marco miliário na história da Igreja. Ao condenar a doutrina ariana, esse evento adotou uma profissão de fé cristã que, ao afirmar solenemente a divindade de Cristo, convida os cristãos a se unirem no louvor e agradecimento à Santíssima Trindade e, particularmente, a Jesus Cristo, o Filho de Deus, “consubstancial ao Pai”, que nos revelou esse mistério de amor.



Na esteira dos 21 concílios realizados pela Igreja Católica, estamos celebrando, neste ano de 2025, os 1.700 anos do primeiro concílio ecumênico da história da Igreja: Niceia. O concílio foi realizado no período de 20 de maio a 25 de julho de 325 d.C., na cidade de Niceia da Bitínia, atual Iznik (Turquia), província de Anatólia (Ásia Menor), localizada próximo a Constantinopla.

Cientes de que as datas comemorativas despertam a memória para fatos passados, cujo significado merece ser conservado, revisitado e transmitido, nas páginas que compõem este texto, buscaremos olhar especificamente para o Concílio de Niceia e, com o auxílio de diferentes autores, verificar como, no decurso da história da Igreja, esse evento possibilitou o desenvolvimento e o aprofundamento da proclamação da fé em Jesus Cristo na fidelidade à fé neotestamentária.

Iniciaremos mostrando que a Igreja Católica se orientou historicamente pelos concílios como um recurso para estabelecer consensos de fé na comunidade, quando se via sob o risco de dissensos internos e ameaças externas. Num segundo momento, tendo em conta que as decisões conciliares não podem ser compreendidas fora do contexto da época, olharemos para a problemática enfrentada em Niceia. Na sequência, considerando a resposta dada pelo concílio, pontuaremos elementos da cristologia nicena. A fim de ajudar no discernimento pastoral, concluiremos chamando a atenção para as consequências das orientações cristológicas que desintegram a relação entre o divino e o humano em Jesus Cristo.

1. “Ecclesia semper renovanda”: o Concílio de Niceia como momento de definição e esclarecimento da identidade da Igreja

Desde os primeiros séculos da Igreja, os bispos, postos à frente das igrejas particulares, movidos pela comunhão da caridade fraterna e por amor à missão universal conferida aos apóstolos,

associaram suas forças e vontades para procurar o bem comum e das igrejas particulares. Por esses motivos se constituíram os sínodos, os concílios provinciais e os concílios plenários, nos quais os bispos estabeleceram uma norma comum que deveria ser observada em todas as Igrejas, tanto no ensinamento das verdades de fé como na ordenação da disciplina eclesial.

Essa primeira aproximação, recolhida do Decreto *Christus Dominus* sobre o ministério pastoral dos bispos do Vaticano II, n. 36, oferece-nos ampla visão panorâmica do fato conciliar, além de nos informar sobre sua riqueza e complexidade.

O termo “concílio” designa a assembleia de bispos e dirigentes de várias ou de todas as igrejas particulares que se reúnem para tomar decisões vinculantes em questões relativas à fé e à vida cristã. Em geral, aos concílios é atribuído poder dogmático e disciplinar. Considerando que todo concílio é um “fato no devir histórico eclesial” (Vidal, 2014, p. 11), a Igreja Católica reconhece 21 concílios ecumênicos, dos quais os sete primeiros constituem um patrimônio espiritual comum a católicos, ortodoxos, anglicanos, luteranos e outros cristãos. *Grosso modo*, as assembleias conciliares que tiveram gigantesca importância na formulação da fé cristã são divididas em quatro períodos tradicionais da história da Igreja: primeiro milênio, medieval, o da época da Reforma e o da Idade Moderna.

Desconsiderando o Concílio de Jerusalém (48/50 d.C.), os

concílios do primeiro milênio foram convocados para estabelecer regras doutrinárias visando combater a heresia. Os concílios medievais e os que ocorreram na época da Reforma foram convocados para reformar a Igreja e para esclarecer algumas questões doutrinárias. Na Idade Moderna, os dois concílios do Vaticano foram convocados por razões bastante distintas: o primeiro para estabelecer uma definição da

infallibilidade papal; o segundo para renovar a Igreja, que, durante muito tempo, se defasara em relação aos desenvolvimentos contemporâneos (Bellitto, 2016, p. 15-16).

Como dito acima, a Igreja Católica orientou-se historicamente pelos concílios como recurso para estabelecer consensos na fé da comunidade, quando se via sob o risco de dissensos internos e ameaças externas. Esses 21 concílios são marcos essenciais da história da Igreja, pois, por meio deles, ela reflete sobre si. João Décio Passos (2014, p. 5-30), ao responder à pergunta sobre o “fôlego histórico de um concílio para a Igreja” (p. 21), descreve que a figura do concílio apareceu quando a comunidade cristã começou a sofrer crises de consenso quanto a alguma doutrina ou alguma prática, ou seja, quando o carisma começou a ser rotinizado e já não tinha a força consensual espontânea nem a força da palavra do líder ou dos líderes da primeira geração. Para o estabelecimento do consenso, já não bastava a experiência da salvação vivenciada pela comunidade, agora distante de seu nascedouro original. Era necessário, então, que a razão entrasse em cena para esclarecer, fundamentar e definir o que devia ser aceito como bom e verdadeiro pela comunidade de fé, de modo que ela permanecesse fiel às suas origens e preservasse vivo o carisma que daí recebera.

Ainda segundo o referido autor, os concílios são momentos de revisão, afirmação e transmissão da Igreja feitos pelo magistério, o qual, em seu múnus de ensinar, exerce o mandato evangélico de levar a Boa-nova a todos os povos (cf. Lc 24,47-48), sob a guia do Espírito, que conduz os discípulos à verdade (cf. Jo 16,13), e a coordenação primeira do sucessor de Pedro, a quem compete confirmar os cristãos na

fé (cf. Lc 22,32) em comunhão com o colégio apostólico dos bispos de toda a Igreja. Portanto, na maioria das vezes, os concílios tiveram a função de criar consensos de fé, corrigindo, para tanto, desvios de posturas, reagindo a erros e definindo regras e rumos para o conjunto da Igreja.

A figura dos concílios, conclui o professor Passos, expressa certamente a vocação histórica do cristianismo católico, ou seja, sua capacidade de manter o carisma cristão em cada contexto, fazendo revisões, adaptações e discernimentos. Os 21 concílios realizados pela Igreja construíram e reconstruíram a identidade cristão-católica; assim sendo, a Igreja, como instituição

portadora de um carisma religioso, tem de responder às dinâmicas da história com conteúdos fortes o suficiente para fazê-la subsistir em cada contexto como legítima, verdadeira e relevante para a sociedade. Para concretizar essa resposta, ela se serve da matéria-prima de sua Tradição e também da história, tendo como resultado novo conteúdo institucional, uma identidade

definida e afirmada perante o mundo e perante si mesma.

2. Um concílio para restabelecer a paz perturbada pela pregação de Ário: considerações sobre o Concílio de Niceia

O desenvolvimento da teologia cristã no século IV foi determinante no combate ao arianismo. A crise ariana dividiu a hierarquia eclesiástica, pondo os bispos uns contra os outros e envolvendo a coluna central do Império Romano: “nas primeiras décadas do século IV, em Alexandria, um presbítero chamado Ário voltou a levantar a questão que buscava saber se o logos de Deus poderia ser perfeitamente Deus como o próprio Deus Pai” (Lange, 2020, p. 25; Lenoir, 2024, p. 214-216). Negando a divindade de Cristo, sua pregação causou problemas porque “considerava Cristo uma criatura; não uma criatura como as outras, senão

“... a Igreja Católica se orientou historicamente pelos concílios como um recurso para estabelecer consensos de fé na comunidade, quando se via sob o risco de dissensos internos e ameaças externas.”

privilegiada, mas criatura afinal. Sua preocupação fundamental era a afirmação da unicidade de Deus, comprometida, segundo ele, se fosse aceita a divindade do Filho” (Ladaria, 2012, p. 183).

O arianismo atacava o centro da doutrina cristã, pois, se o Filho de Deus (Jesus Cristo) não fosse Deus, a obra de redenção perderia seu valor e, conseqüentemente, toda a revelação cristã não representaria nada. Esse problema, gerado pelo arianismo, foi enfrentado em Niceia. Na primeira tentativa de resolver a disputa relativa à posição defendida por Ário e, com isso, restaurar a paz social e religiosa, Constantino convocou os bispos de todo o império (em sua totalidade das províncias orientais) para se reunirem no Concílio de Niceia:

realizado num período de tempo que vai de maio a agosto de 325, o primeiro concílio ecumênico da história da Igreja é convocado, organizado e até presidido pelo imperador, através do seu homem de confiança, Ósio de Córdova, ajudado logo em seguida por dois presbíteros representantes do papa Silvestre, que não pôde intervir nos debates por causa da idade avançada (Pierini, 2024, p. 149).

Em relação ao perfil histórico desse concílio, “de notável importância revestem-se os relatórios de Atanásio (Sobre os sínodos 19-10), embora escritos a distância no tempo e por pessoa que, decerto, estava plenamente envolvida na polêmica” (Dell’Orto; Xeres, 2024, p. 281). Por sua vez, o professor de história do cristianismo Lorenzo Perrone (2020, p. 11-45) destaca que o estado lacunoso de informações, de documentação e de atas sinodais condiciona amplamente as tentativas de reconstrução histórica, sendo possível “apenas uma reconstrução amplamente conjectural” (p. 27). Diante disso, Perrone nota que a fonte mais importante para conhecer o desenvolvimento do referido concílio são as informações de Eusébio de Cesareia, em *Vida de Constantino*. O número de participantes não é fornecido, fazendo com que os estudiosos oscilem entre 194 e 237; até

GRÁFICA PAULUS



Transforme suas ideias
em impressões de alta
qualidade.



Entre em contato e
faça um orçamento.

mesmo os próprios contemporâneos do concílio oferecem cifras discordantes. Elas oscilam entre os 250 de Eusébio de Cesareia, os 200 ou 270 de Eustáquio de Antioquia e os 300 de Constantino, até o número altamente simbólico de 318, que depois se tornou tradicional. Inspirando-se nos 318 servidores de Abraão de Gn 14,14, a partir da segunda metade do século IV, o Concílio de Niceia será comumente indicado como o “concílio dos 318 padres”.

No tocante ao desenvolvimento, Perrone (2020, p. 26–28) enfatiza que o concílio se reuniu no dia 20 de maio de 325, no palácio imperial de Niceia, onde Constantino presidiu a sessão inaugural, passando em seguida a presidência dos trabalhos a Ósio de Córdoba, não porque fizesse parte do legado romano, mas porque se tratava de alguém em quem o imperador tinha confiança. Dos assuntos debatidos, há os que atribuem peso condicional aos resultados do concílio antioqueno, que precedeu o de Niceia, sustentando que os padres conciliares enfrentaram a questão da readmissão dos que tinham sido temporariamente excluídos da comunhão eclesial, ao passo que outras fontes sugerem que os primeiros a intervir na discussão a respeito dos temas centrais da controvérsia ariana teriam sido os defensores de Ário, que propuseram uma fórmula de fé não conhecida. Isso gerou os mais vivos protestos da assembleia, com a intervenção de Eusébio de Cesareia, que propôs como solução o credo professado pela sua Igreja, sendo este o ato mais importante do Concílio de Niceia: a redação e a aprovação de fé na forma de símbolo.

Por algum tempo, Ário havia sustentado que Jesus não era eterno nem incriado como Deus Pai. O Concílio de Niceia condenou o erro de Ário, afirmando que o Filho foi gerado da mesma substância do Pai e não foi criado do nada, por isso é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro. Ao enfrentarem o problema do arianismo, os bispos presentes

redigem um novo símbolo de fé no qual aparece claramente enunciada a unidade de natureza entre o Pai e o Filho, através da fórmula do “omoúsios” (= consubstancial), e golpeiam com anátemas as principais teses arianas; em seguida, estabelecem vinte cânones disciplinares a respeito da vida e da organização do clero, da concordância entre divisão administrativa eclesiástica, tratam da solução de alguns problemas penitenciais e a fixação da data da Páscoa segundo a praxe alexandrina e romana (Pierini, 2024, p. 150).

As decisões de Niceia determinaram as décadas subsequentes até que, por volta do final do século IV, a ortodoxia nicena se impôs como norma de fé (Dünzl, 2023, p. 63–93). Depois do Concílio de Niceia, o “credo assumiu uma nova função, tornando-se a expressão de fé ortodoxa, com a exclusão de posições errôneas. Começa a servir como critério de pertencimento ao colégio dos bispos e, portanto, à comunhão de suas Igrejas” (Wicks, 2024, p. 118).

3. “O Filho pertence à mesma natureza do Pai”: o significado da cristologia de Niceia

Os concílios “constituem uma marca que atravessa toda a secular história cristã” (Alberigo, 2020, p. 5) e foram vividos sempre na Igreja como ponto final, clarificador de uma dificuldade teológica e pacificador de uma dimensão eclesial. Niceia teve como questão central aclarar a relação entre Cristo e Deus, definida como geração, filiação, consubstancialidade, divindade. Em outros termos, “o concílio retoma de novo o ponto de partida bíblico, o relacionamento do Pai e do Filho, porém agora não só em sua realidade histórico-salvífica, mas também em sua profundidade intradivina essencial” (Kessler, 2022, p. 306). O que se define é que o Filho de Deus é tão divino quanto o Pai e igual a ele na divindade; consubstancial ao Pai indica que o Filho de Deus não tem nenhuma semelhança com as criaturas que

foram feitas; ele é em tudo semelhante ao Pai que o gerou e não deriva de outra hipóstase ou substância, mas do Pai.

Ainda hoje, quando há uma preocupação com a inculturação do Evangelho, a resposta dada em Niceia tem algo a dizer. O teólogo Jacques Dupuis (1999, p. 114-119) acentua que uma autêntica inculturação da fé deve respeitar a linguagem da cultura circunstante e as diferenças de conteúdo entre a fé cristã e os conceitos filosóficos culturais correntes. Foi precisamente o que fez Niceia diante da cultura helenista. Melhor dizendo, se o arianismo representa uma helenização do conteúdo da fé cristológica da Igreja, contra ele, o credo niceno enfatizou claramente a diferença entre o mistério de Jesus Cristo e os conceitos da filosofia helenista. Isso porque, “em Ário, o Deus dos filósofos se impôs ao Deus vivo da história. A doutrina bíblica do Logos de tipo soteriológico se converteu em especulação cosmológica e moral. Sua teologia é uma aguda helenização do cristianismo” (Kasper, 2002, p. 293).

As importantes conquistas cristológicas de Niceia trazem implicações para o conceito cristão de Deus e encaminham-nos para novas intuições a respeito do mistério de Deus. Dupuis (1999, p. 116-117) destaca que a cristologia nicena ressalta sua peculiaridade em níveis diferentes: Deus se autocomunica, pessoalmente, na existência humana do homem Jesus; essa autocomunicação de Deus em seu Filho encarnado revela o que ocorre entre as três pessoas da Trindade, no mistério da vida íntima de Deus. Essa autocomunicação divina com a humanidade, por sua vez, descortina-nos nova perspectiva de Deus em si mesmo, vista como autocomunicação eterna do Pai com o Filho.

Em consonância com isso, o teólogo Olegario Gonzáles de Cardedal (2022, p. 282-289) assinala que a fé católica é a fé de Niceia, ou seja, a confissão cristológica de Niceia é a primeira definição dogmática da Igreja e continua a ser o texto eclesial de maior autoridade, já que expressa a concepção cristã de Deus e, ao

PAULUS SOCIAL



Conheça os programas
de assistência social
da PAULUS.



SAIBA MAIS

definir a relação de Cristo com Deus, define também sua natureza como Filho. Para Cardedal, a cristologia de Niceia é decisiva em seus pressupostos, tanto pelo fato de decidir quanto pelo conteúdo decidido; assim sendo, a significação perene desse concílio é múltipla: hermenêutica, teológica, soteriológica e eclesiológica.

Dimensão hermenêutica. Na medida em que interpreta a Sagrada Escritura, Niceia fala sobre Cristo. No entanto, o concílio não se propõe oferecer uma exegese melhor do que a de Ário, e sim responder às novas questões à luz da regra de fé e da Tradição apostólica da Igreja. A resposta dada emprega termos filosóficos e não bíblicos, assumindo uma terminologia familiar aos seus ouvintes para transpor o universo bíblico e propor um universo filosófico novo. Por essa razão, não realiza uma helenização da fé, mas uma extensão das palavras e conceitos humanos para significar algo até então não intuído pela razão humana.

Dimensão teológica. O Deus cristão é comunicação em amor constituinte; comunicação em si mesmo (Trindade imanente) e comunicação para fora de si (Trindade econômica). Não existe eternamente Deus sem o Filho; conseqüentemente, já não é possível uma compreensão cristã de Deus que prescindia de Cristo como Filho, visto que ele pertence à própria constituição de Deus. Não há Deus sem o Verbo eterno, uma vez que o originário não é o silêncio, mas a Palavra. Essa eterna comunicação intradivina de Deus é que se revela no mundo pela encarnação; e, transcendendo-se na existência de Jesus, a partir dele e por ele, ela se inscreve em cada ser humano.

Dimensão soteriológica. A salvação se dá a partir de dentro da história, por alguém que restaura a humanidade, fazendo nova a existência; quer dizer, a salvação humana se fundamenta na pessoa divina e encarnada do Filho. A consubstancialidade com o Pai e sua participação em nossa humanidade fundam a potência redentora do Filho.

Dimensão eclesiológica. Se o acesso à verdade passa pela comunidade – por uma comunidade com autoridade para interpretar as Sagradas Escrituras

e decidir seu conteúdo –, Niceia, oferecendo uma resposta normativa a toda a Igreja, não quis ser outra coisa senão uma releitura atualizadora, inteligível e salvífica do Evangelho.

4. Discernimento pastoral: a necessária revisão da imagem e da apresentação de Jesus Cristo

A Igreja, em cujo seio se formaram os diversos escritos que compõem o Novo Testamento, foi fiel, durante sua caminhada histórica, à fé em Jesus Cristo, tal como vem expressa no Novo Testamento. Nesse itinerário, viu-se na necessidade de definir como verdade de fé aquilo que o Novo Testamento confessa com clareza: Jesus Cristo é de condição humana real e, simultaneamente, também de condição divina real.

A salvação mediante Jesus Cristo, único mediador, supõe, portanto, a união do divino e do humano nele. No entanto, esta perspectiva de integração não recebeu a devida consideração. Alfonso García Rubio (2024, p. 135–166) chama a atenção para as consequências da penetração crescente no cristianismo do dualismo herdado do pensamento platônico/neoplatônico, do estoicismo e do gnosticismo. Nessa perspectiva dualista, as dimensões humanas são vistas mediante uma relação em que predomina a exclusão de uma dimensão em nome da importância atribuída à outra. Com efeito, à medida que foi sendo aplicada a Jesus Cristo essa antropologia dualista, as relações entre o divino e o humano – bem como a etapa de fragilidade e a etapa de glorificação do homem Jesus – foram guiadas pela tendência a excluir uma dimensão para valorizar outra.

Essa tendência tem predominado na Igreja até os nossos dias. Segundo Rubio, algumas orientações cristológicas têm descuidado de uma dimensão para valorizar a outra, com consequências negativas para a pastoral e a espiritualidade cristãs. Por exemplo, nas celebrações litúrgicas que prescindem do caminho do serviço assumido por Jesus, observam-se a importância dada às aparências, ao que é secundário e pomposo, e o total apagamento da perspectiva do amor-serviço, especialmente aos mais desprotegidos da

sociedade e das comunidades de fé. Em teoria, os cristãos confessam que Jesus é o único mediador da salvação, mas parece que, na prática, muitos preferem outros mediadores, supostamente mais próximos da limitação humana. Sem falar que a utilização ideológica do Cristo glorificado, separado das suas escolhas e prioridades, serve frequentemente para justificar o exercício do poder dominador, levando a uma sacralização de estruturas eclesiais de poder.

Obviamente, não se trata de descuidar da condição divina de Jesus, diz o aludido autor, e sim de ajudar a perceber, na densa e real humanidade de Jesus, a plena revelação de Deus, a realidade surpreendente da sua condição divina. Para isso, seria necessário, pastoralmente, ajudar no encontro com um Jesus Cristo vivo e próximo, muito distinto de um Jesus abstrato, distante, perdido na complexidade de formulações dogmáticas, incompreensíveis para a maioria dos cristãos/cristãs.

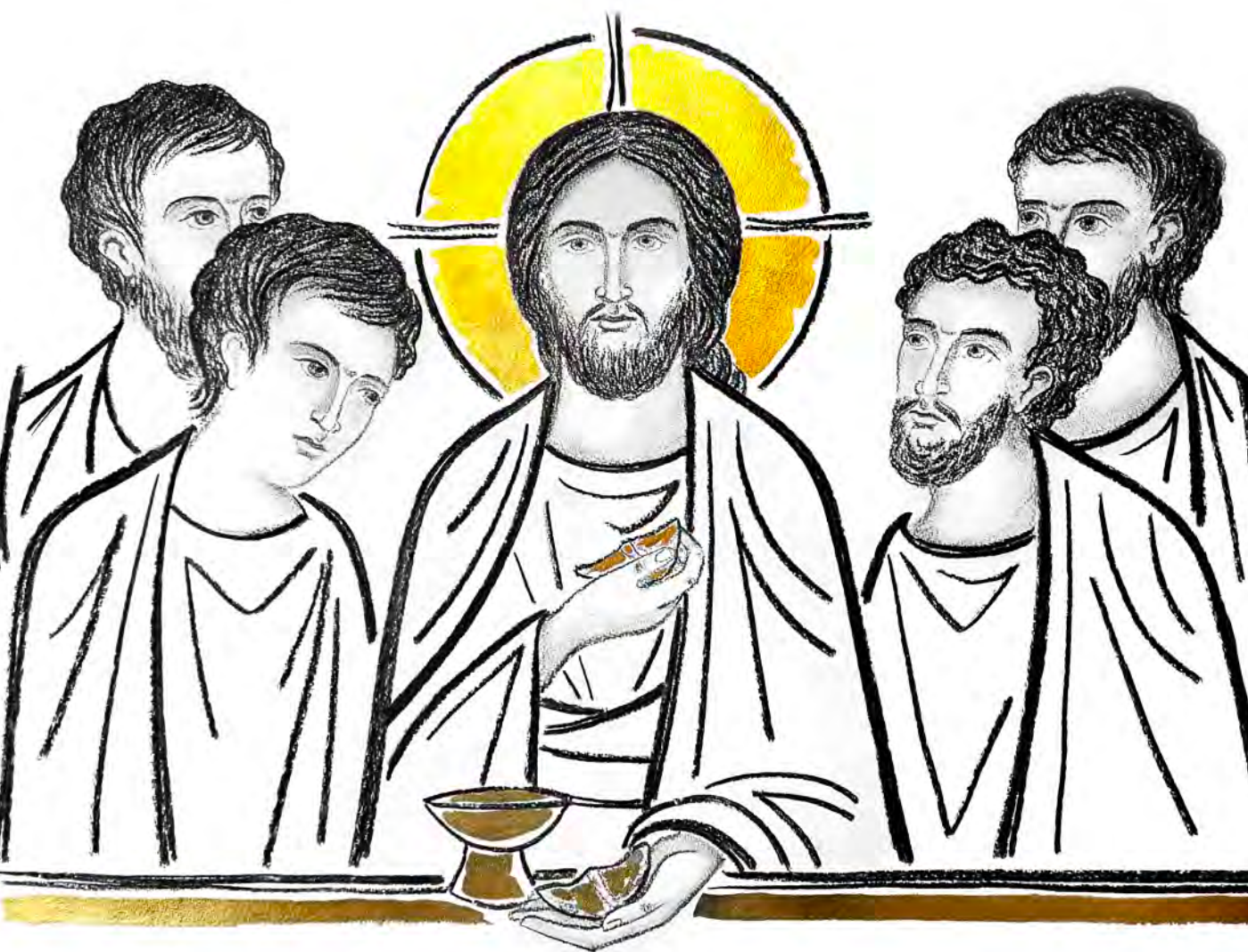
Com efeito, a renovação da Igreja não é possível sem a correspondente renovação da cristologia e da reflexão sobre o Deus cristão. Concretamente, quando se acentua a originalidade do Deus cristão, do Deus que se humaniza por meio da encarnação, muda-se a proposta de humanização do ser humano e muda-se o sentido profundo do ser da Igreja. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERIGO, G. Os concílios ecumênicos na história. In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 2020. p. 5-10.
- BELLITTO, C. M. *História dos 21 concílios da Igreja: de Niceia ao Vaticano II*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2016.
- CARDEDAL, O. G. de. *Cristologia*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- CONCÍLIO VATICANO II. Decreto “Christus Dominus” sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 270-271.
- DELL’ORTO, U.; XERES, S. *Manual de história da Igreja: a antiguidade cristã – das origens da*

- Igreja à divergência entre o Oriente e o Ocidente (séculos I-V)*. São Paulo: Loyola, 2024.
- DÜNZL, F. *História do dogma cristológico na Igreja antiga*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- DUPUIS, J. *Introdução à cristologia*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FRANCISCO, Papa. *Spes non Confundit*: Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025. São Paulo: Paulus, 2024.
- KASPER, W. *Jesús, el Cristo*. Salamanca: Sígueme, 2002.
- KESSLER, H. Cristologia. In: SCHNEIDER, T. (org.). *Manual de dogmática*: volume 1. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 219-400.
- LADARIA, L. F. *O Deus vivo e verdadeiro: o mistério da Trindade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- LANGE, C. *Introdução aos concílios gerais*. São Paulo: Loyola, 2020.
- LENOIR, F. *A odisseia do sagrado: a grande história das crenças e das espiritualidades*. Petrópolis: Vozes, 2024.
- PASSOS, J. D. *Concílio Vaticano II: reflexões de um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2014.
- PERRONE, L. De Niceia (325) a Calcedônia (451): os quatro primeiros concílios ecumênicos: instituições, doutrinas, processos de recepção. In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 2020. p. 11-119.
- PIERINI, F. *A Idade Antiga: curso de história da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2024.
- RUBIO, A. G. *A caminho do futuro: um itinerário teológico-pastoral na Igreja do Brasil*. São Paulo: Recriar, 2024.
- VIDAL, M. *Teologia pública e o Concílio Vaticano II: um “novo modo” de ser cristão no mundo*. São Paulo: Santuário, 2014.
- WICKS, J. Os símbolos da fé. In: FISICHELLA, R. (org.). *Comentário teológico-pastoral do Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2024. p. 117-118.

*Pe. Leonardo Lucian Dall'Osto é presbítero pertencente ao clero da diocese de Caxias do Sul-RS. Graduado em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), graduado e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), doutorando em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma. Atualmente atua na paróquia Santa Rita de Cássia, na periferia de Caxias do Sul. E-mail: leonardodallosto@hotmail.com



CONCÍLIO DE NICEIA: A DIVINDADE DE JESUS À LUZ DO DISCIPULADO

O Concílio de Niceia, celebrado no ano de 325 d.C., foi um divisor de águas na cristologia. A definição de fé realizada no concílio trouxe clareza teológica para a comunidade cristã em meio a disputas religiosas que ameaçavam não apenas a fé, mas também a unidade política do Império Romano. Passados 1.700 anos, a definição nicena ainda tem um papel importante para a comunidade cristã, mas não deve ser interpretada fora do discipulado de Jesus de Nazaré.

Introdução

Olhar para o caminhar histórico da Igreja é olhar para a história da formação da doutrina cristã. Existem muitas formas de abordar o crescimento do movimento dos seguidores do Nazareno, posteriormente chamados de cristãos, mas é imprescindível que se lance um olhar acurado para o estabelecimento gradual, e ainda em andamento, da doutrina cristã, especialmente naquilo que diz respeito ao seu núcleo principal, o dogma. Passados tantos séculos, os cristãos correm o risco de esquecer, ou de nem sequer ter em mente, que a fé em Jesus e suas consequências litúrgicas, éticas e institucionais devem ser sempre entendidas e interpretadas no interior da história, formuladas por vezes a partir de culturas e de cosmovisões já não existentes.

Na história da Igreja, os concílios são momentos de estabelecimento de consenso em relação a questões relativas à fé, à vida sacramental e à disciplina da comunidade cristã. Analisados dentro de seus contextos históricos, e nunca fora destes, cada um dos 21 concílios ecumênicos lançou os fundamentos doutrinários para que se fixasse a doutrina da Igreja, sua organização hierárquica e sua vida celebrativo-sacramental.

Um concílio (*concilium*) nada mais é do que uma reunião. Essas reuniões foram sendo aprimoradas ao longo dos vinte séculos da fé cristã, porém sempre foram a maneira que a Igreja usou para discernir a vontade de Deus com base no estabelecimento do consenso dos padres conciliares.

O último concílio ecumênico, o Vaticano II (1962-1965), repetiu o gesto tradicional de entronizar o Evangelho no centro da aula conciliar, recordando aos bispos, e a todos os partícipes da assembleia, que Cristo deve presidir os trabalhos e as discussões.

Nesse sentido, a busca de consenso é vista pelos cristãos como um duplo exercício: o exercício do discernimento em relação à fé e ao modo como os cristãos devem viver e se organizar, mas também um exercício político, para que se estabeleça o acordo entre os cristãos todos, representados por seus pastores e teólogos. Um concílio sintetiza esses dois movimentos. Ter fé e crer que o Espírito de Deus pervade ambos os movimentos.

1. A crise ariana

Os primeiros séculos da era cristã foram agitados por perseguições externas à comunidade, mas também por discussões internas em relação ao credo cristão como tal. Em 313 d.C., com o Editto de Milão, promulgado pelo imperador Constantino, o Grande, o cristianismo recebeu não apenas uma equiparação ao culto pagão, mas também foi resarcido pelo Império Romano em reparação aos anos de perseguição. Constantino (como também Galério, anteriormente) percebeu que não era uma boa política continuar a perseguir uma religião que crescia e se fortificava rapidamente no interior do império. Estabelecer a paz com os cristãos significava conservar a unidade política imperial. Constantino foi um imperador estrategista.



“... com o Edito de Milão, promulgado pelo imperador Constantino, o Grande, o cristianismo recebeu não apenas uma equiparação ao culto pagão, mas também foi ressarcido pelo Império Romano em reparação aos anos de perseguição.”

No interior da comunidade cristã, as discussões religiosas eram frequentes, mesmo durante o tempo de ferrenha perseguição aos cristãos. Vários eram os elementos em discussão, pois a doutrina como tal estava em pleno processo de desenvolvimento. Entre os cristãos do Ocidente e do Oriente, as diferenças culturais foram, com o passar do tempo, transformando-se em abismos profundos, e ainda hoje existem dissensões irresolutas.

Duas questões que estiveram no centro das discussões dos cristãos nos primeiros séculos, constituindo não só a motivação de grande parte dos escritos dos teólogos, mas também o conteúdo discutido nos primeiros concílios, foram as discussões trinitárias e cristológicas. A gestação das fórmulas trinitárias e cristológicas foi marcada por ásperas discussões, perseguições e disputas teológicas que se transformaram em sérios problemas políticos.

No século IV, pouco tempo após Constantino conceder plena cidadania aos cristãos dentro do Império Romano, uma querela em relação à pessoa de Jesus começa a ganhar grandes proporções. A Igreja já havia condenado os monarquianos, que, para salvaguardar a unidade absoluta em Deus, acabavam por anular a Trindade. No entanto, nesse período, era bastante difusa a tendência a subordinar, de alguma maneira, Jesus, o Filho, ao Pai, sem, no entanto, negar-lhe totalmente a divindade (Bihlmeyer; Tuechle, 1989, p. 297).

Nesse contexto teológico, entra em cena um novo personagem que iria estabelecer as bases de uma discussão doutrinal que dominou quase todo o século IV. Seu nome era Ário, um padre da Igreja de Alexandria, no Egito. Ele, em suas pregações, poemas e cânticos, defendia a tese segundo a qual

Deus não pode comunicar seu ser, seja por criação ou por geração, e, portanto, Deus não pode gerar um filho em sentido estrito. Tudo que se encontra fora de Deus foi por ele criado do nada. Contudo, para poder criar o mundo e tudo o que nele existe, Deus criou primeiramente um ser intermediário, que foi o instrumental para a criação. Esse ser é o Logos, que, mesmo sendo anterior a todas as demais criaturas, não é eterno. Ao encarnar-se, esse Logos tornou-se a alma de Jesus Cristo, que então passa a ser adotado por Deus, o Pai. Jesus só seria “deus” em relação às demais criaturas, mas não é Deus como o Pai. Em simples palavras: Jesus não é igual a Deus (Frangiotti, 2004, p. 86-87). O que se sabe, porém, é que Ário não agiu por desonestidade teológica, mas por preocupação em manter a todo custo o rígido monoteísmo bíblico.

A doutrina de Ário foi duramente combatida por Alexandre, bispo de Alexandria, que convocou um sínodo, provavelmente no ano de 319 d.C., no qual as ideias arianas foram condenadas. Após a condenação de suas ideias, Ário foi expulso de Alexandria e se refugiou em Cesareia, na Palestina. Tendo amigos no episcopado local, foi readmitido em suas funções sacerdotais por um sínodo reunido em Cesareia. Alexandre recusou-se a recebê-lo de volta, mas as ideias arianas já eram conhecidas e foram adotadas por parte da população e do clero. A questão teológica desceu do espaço do debate teológico acadêmico e tomou as ruas: era agora uma questão popular.

2. A convocação do Concílio de Niceia

Tomando consciência da extensão do problema, o imperador Constantino resolveu intervir na querela teológica. Primeiramente,

enviou o bispo de Córdova, Ósio – na época, seu conselheiro eclesiástico –, a Alexandria para as tratativas de reconciliação entre Ário e Alexandre, com vistas à unidade religiosa da Igreja e do império. A missão, porém, falhou. Diante disso, resolveu, então, convocar um concílio para todo o império, a ser realizado no verão de 325 d.C., na cidade de Niceia, atual Iznik, na Turquia. O concílio contou com a participação de mais de 300 bispos, ressaltando-se que apenas sete participantes vinham do Ocidente, dentre os quais dois presbíteros (Vito e Vicente), que representaram o papa Silvestre, à época em idade avançada (Bihlmeyer; Tuechle, 1989, p. 299).

Ainda que muitos bispos tivessem sido influenciados pelas ideias de Ário, a maioria dos presentes no concílio não eram arianos. De certa maneira, também não pensavam como Alexandre, bispo de Alexandria, que advogava a igualdade total entre Jesus e o Pai. Influenciados por outro pensador, Orígenes, não aceitavam que Jesus fosse considerado apenas uma criatura, mas também eram relutantes em afirmar a igualdade entre Pai e Filho. Para a maioria dos bispos, Jesus era inferior ao Pai em glória, mas “deus” em relação à criação (Shindler, 2012, p. 135). As discussões foram por vezes tão acaloradas, que o próprio Constantino interveio, pedindo moderação.

O Concílio de Niceia, em 19 de junho de 325 d.C., formulou um *credo* cujos termos foram confessados, apesar de não estarem suficientemente definidos. A fórmula nicena usou, a pedido do próprio imperador, o termo grego *ὁμοούσιος* (consubstancial), para acentuar a igualdade substancial entre o Pai e o Filho. O concílio afirma que o Filho de Deus é da mesma “substância do Pai”, “Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não feito, da mesma substância do Pai” (DH 125). Os padres conciliares ainda acrescentaram algo que se tornaria uma prática normal nos concílios subsequentes, os anátemas, excomungando



**Invista na formação
dos catequistas
da sua paróquia**



**Assine já
e receba a revista
na sua casa ou
paróquia!**



**ASSINE
AGORA**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

“No Nazareno, que foi crucificado e, segundo seus seguidores, ressuscitou, Deus inundou a história e rompeu a barreira que dividia o profano e o sagrado.”



todos aqueles que desafiassem a doutrina ali fixada.

A doutrina de Ário parecia ter sido delatada definitivamente, mas não foi o que ocorreu. O arianismo foi sendo reformulado, e muitos bispos que haviam participado do concílio acabaram retirando suas aprovações do credo estabelecido em Niceia. Longo jogo de interesses e de discussões teológicas se seguiu ao concílio, tanto que apenas em 381 d.C., com a celebração do Concílio de Constantinopla, o arianismo foi definitivamente proscrito e a fé nicena restabelecida em todo o império, acrescentando-se o reconhecimento da divindade do Espírito Santo na formulação do dogma trinitário. O arianismo sobreviverá até fins do século VII entre os povos que estavam invadindo o Império Romano, os chamados “bárbaros”.

3. A fé em Jesus hoje

Passados 1.700 anos da celebração do Concílio de Niceia, entende-se que o dogma ali definido permanece patrimônio inegociável da fé da Igreja. Também está claro, porém, que a fidelidade à fé professada em Niceia significa ter em conta que se faz constantemente necessário interpretar o dogma dentro de seu contexto, nunca esquecendo que toda verdade de fé foi e é formulada dentro de um período histórico definido, com base numa cultura e numa linguagem também historicamente localizadas. No caso de Niceia, bastaria pensar no vocábulo consubstancial, acrescentado no credo por pedido expresso de Constantino. Essa palavra, que gerou posteriormente muitas discussões, não veio do mundo bíblico – muito mais ligado a uma linguagem mítico-narrativa –,

mas do mundo grego, acostumado com a busca de definições filosóficas.

Por muito tempo, mas de modo particular por influência da escolástica, que estava assentada sobre uma linguagem essencialista, a Igreja pensou e refletiu sobre a fé quase transformando em “dogmas” a própria linguagem empregada nas fórmulas conciliares. Ainda hoje se tem pouca clareza de como resolver o dilema: a fé, em seu conteúdo, é perene, mas a linguagem é cultural e historicamente localizada. Nesse sentido, a melhor interpretação (hermenêutica) para recuperar as crenças e doutrinas mais fiéis ao momento em que foram definidas seria, segundo o teólogo David Tracy, mediante uma consciência histórica, não clássica (Tracy, 2014, p. 70). Dizendo de forma mais simples: não basta conhecer as formulações doutrinárias antigas para que se tenha a clareza doutrinal (ortodoxia) em relação a algum enunciado de fé, mas é preciso que se mergulhe no contexto em que a questão foi discutida e assim se busque perceber como aquilo que outrora foi definido impacta ainda hoje a vida da comunidade cristã.

Certamente o credo de Niceia é um marco importante na doutrina cristológica, dando maior clareza ao que significa, de fato, afirmar que Jesus é Deus. Essa afirmação, no entanto, pode ser vazia ou simplesmente abstrata. Declarar a fé em Jesus como Filho de Deus, consubstancial ao Pai, pode ser apenas uma abstração, se não for preenchida pelo seguimento concreto do Nazareno. O papa Francisco, por diversas vezes, já alertou sobre o perigo de um moderno “gnosticismo”, em que a fé é apenas um amontoado de doutrinas e elucubrações, impedindo as pessoas de tocarem a carne de Cristo sofredor. Essa fé sem concretude histórica é uma ideologia muito perigosa (GE 37).

O biblista José Antonio Pagola sustenta que é essencial aos cristãos a afirmação de Jesus como Filho de Deus, mas não se deve reduzir seu ser a uma sublime abstração. Segundo o autor, não se pode alimentar a fé apenas de doutrina; é imprescindível crer num Cristo com carne. Todos correm o risco de converter Jesus em um objeto de culto, atraente e encantador à sensibilidade religiosa humana, mas sem os traços históricos próprios do Galileu do século I (Pagola, 2013, p. 566). É fundamental que não se perca de vista que o Verbo se fez carne em Jesus de Nazaré e que, ao mesmo tempo, somente no Nazareno histórico podemos encontrar o reflexo do verdadeiro rosto de Deus.

Conclusão

Por muito tempo, a cristologia ocidental estabeleceu como percurso único aquilo que se chama de “cristologia dedutiva”, ou seja, partir do dogma para poder afirmar com clareza quem é Jesus de Nazaré. Isso deu segurança aos teólogos e à Igreja como tal. Essa cristologia está bem presente no Evangelho de João, que, já no seu prólogo, declara que o Verbo se fez carne (Jo 1,14). Esse é um método teológico, mas não o único. Os Evangelhos sinóticos, por sua vez, possuem uma “cristologia indutiva”, em que os discípulos, a partir do encontro com o Nazareno, são chamados a responder quem ele é (Mc 8,27-30; Lc 9,18-21; Mt 16,13-20). Historicamente, esse é o único percurso possível para que se possa reconhecer em Jesus o Filho de Deus. Logo, é somente a partir do encontro com o homem de Nazaré e do estabelecimento de uma relação com ele que o discípulo e a discípula podem professar a fé. Sua humanidade perfeita (*perfectum*: feito por inteiro) permitiu às pessoas afirmar que Jesus é Deus. Os sinais por ele realizados, sua entrega absoluta na cruz e sua ressurreição foram os atestados históricos de sua identidade mais profunda.

As pessoas religiosas sempre foram acostumadas a adorar deuses distantes, inacessíveis, e

transformá-los em objetos de culto. Esse raciocínio religioso manteve o sagrado e o profano abissalmente separados. Crer, de fato, que Jesus é Deus feito carne muda completamente essa visão religiosa. No Nazareno, que foi crucificado e, segundo seus seguidores, ressuscitou, Deus inundou a história e rompeu a barreira que dividia o profano e o sagrado. Sagrado e profano já não existem, o humano é lugar de Deus.

Talvez o significado de Niceia para os tempos atuais seja o constante desafio de contemplar um Deus que não admite ficar distante da realidade histórica. Jesus é Deus na história e feito história. Na sua ressurreição já teve início a ressurreição de toda a história. Para a fé cristã, o rosto de Jesus de Nazaré é o único capaz de manifestar quem é Deus, pois Deus é igual a Jesus. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIHLMAYER, K.; TUECHLE, H. *Storia della Chiesa: l'antichità cristiana*. Brescia: Morcelliana, 1989.
- FRANCISCO, Papa. *Gaudete et Exsultate*: Exortação Apostólica sobre o chamado à santidade no mundo atual (GE). Brasília, DF: CNBB, 2018.
- FRANGIOTTI, R. *História das heresias: conflitos ideológicos dentro do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- KAUFMANN, T.; KOTTJE, R. (org.). *História ecumênica da Igreja: dos primórdios até a Idade Média*. São Paulo: Paulus; Loyola; São Leopoldo: Sinodal, 2012.
- PAGOLA, J.A. *Jesus: uma aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SHINDLER, Alfred. A evolução teológica é dogmática. In: KAUFMANN, T; KOTTJE, R. (org.) *História ecumênica da Igreja: dos primórdios até a Idade Média*. São Paulo: Paulus; Loyola; São Leopoldo: Sinodal, 2012.
- TRACY, D. Uma hermenêutica da ortodoxia. *Concilium*, Petrópolis, v. 2, n. 355, p. 66-77, 2014.



LAUDATO SI': DEZ ANOS DEPOIS, UM CAMINHO A PERCORRER

Ao abordar a complexa crise ecológica, a encíclica Laudato Si', em consonância com o horizonte pastoral inaugurado pelo papa Francisco, apresenta uma ecologia integral como caminho para o cuidado da Casa Comum. Dez anos depois, em face do agravamento da crise, a mensagem continua urgente e atual, mostrando que ainda há muito o que fazer.



1. No sulco do Vaticano II e no caminho da *Evangelii Gaudium*

O ministério do papa Francisco tem como principal referência o Concílio Vaticano II. “Filho da renovação conciliar”, é no “sulco traçado pelo Concílio” que Francisco vai definir o caráter eclesial e pastoral do seu magistério, buscando dar continuidade ao movimento de abertura e serviço da Igreja ao mundo e de discernimento dos “sinais dos tempos” (Aquino Júnior, 2024, p. 163-167). Essa perspectiva de seguimento do espírito conciliar aparece

claramente na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), publicada por Francisco em novembro de 2013, no primeiro ano do seu pontificado.

Nesse texto programático, ele acentua a necessidade de urgente “transformação missionária da Igreja”, faz incisivo convite para nova etapa evangelizadora e indica caminhos para que a mensagem do Evangelho ecoe com novas formas de expressão e com “palavras cheias de renovado significado para o mundo atual” (EG 1-11). É interessante notar que componentes



“Ao tratar da dimensão social da evangelização, Francisco denuncia os interesses econômicos que fazem um uso destrutivo e indiscriminado do ‘conjunto da criação.’”

textuais da EG, certamente não por acaso, aparecem como pressupostos no método e no conteúdo da futura encíclica *Laudato Si'* (LS), que será publicada dois anos depois. Vejamos rapidamente alguns desses pontos.

O primeiro, que diz respeito à dimensão missionária da comunidade eclesial, é o chamado para ser “uma Igreja em saída”, capaz de levar a alegria do Evangelho a todos os lugares, a todas as pessoas, sem excluir ninguém: “Todos somos convidados a aceitar este chamado: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20). Periferias, para Francisco, são as situações – geográficas, sociais, existenciais – marcadas pela marginalização e sofrimento (Aquino Júnior, 2024), nas quais se encontram os pobres, os “destinatários privilegiados do Evangelho”, cuja presença é central no caminho da nova evangelização (EG 198), de tal modo que a opção pelos pobres e a tarefa de “cuidar dos mais frágeis da terra” (EG 198; 209) estão no coração da missão da Igreja. Aqui está um dos pontos basilares da LS, cujo texto vai mostrar a inseparabilidade entre a preocupação com a natureza e a justiça para com os pobres (Ferraro, 2016).

O segundo, ligado ao anterior, diz respeito à Igreja em saída, que, na proposta de Francisco, é também uma Igreja que sabe que não “possui o monopólio da

interpretação da realidade social ou da apresentação de soluções para os problemas contemporâneos” (EG 184), por isso quer ser uma Igreja de portas abertas, em contínuo diálogo com o mundo, com a sociedade em suas diversas expressões: com os poderes públicos, as culturas, as ciências e as religiões; enfim, com todas as pessoas crentes e não crentes que buscam e promovem o bem comum (EG 238-257). Na LS, consciente “da complexidade da crise ecológica e das suas múltiplas causas” e do enorme e premente desafio de salvar o planeta, Francisco reconhece que “as soluções não podem vir de uma única maneira de interpretar e transformar a realidade” (LS 63). Por isso se dirige a toda a família humana, fazendo o apelo a um renovado diálogo e a um debate que una todas as pessoas: “Todos podemos colaborar no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades”. Precisamos, diz o papa, “de nova solidariedade universal” (LS 14).

O terceiro, por fim, é o próprio tema ecológico. Com a atenção voltada para os complexos problemas que afetam e desafiam a convivência social, emerge na EG a preocupação ecológica sobre a qual a ação evangelizadora da Igreja precisa dar uma palavra que suscite valores e ilumine novo modo de relacionamento com Deus, com os outros e com o ambiente (EG 74). Ao tratar da dimensão social da evangelização, Francisco

denuncia os interesses econômicos que fazem um uso destrutivo e indiscriminado do “conjunto da criação”, provocando males como a desertificação e a extinção das espécies, e faz veemente apelo para que a ação humana não deixe rastros de destruição e de morte que afetem a vida presente e a das futuras gerações (EG 215). A exemplo de São Francisco de Assis, os cristãos têm a dupla missão de cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos (EG 216). Aqui percebemos que já emerge o horizonte relacional e integrador na preocupação pastoral de Francisco: isto é, na base geradora da crise socioambiental, que afeta igualmente o ser humano e a natureza que o envolve, está um modelo econômico que polui, empobrece e destrói. Como se sabe, esse tema é retomado e amplamente desenvolvido por Francisco na *Laudato Si'* (Boff, 2016).

2. Alguns destaques

A pedido da então ministra do Meio Ambiente da França, Francisco publicou a LS em maio de 2015, antes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21), realizada naquele ano em Paris. “É importante que a Igreja faça sua voz ser ouvida nesse processo vital e necessário – é o que pede a nossa fé”, dirá mais tarde Francisco, reconhecendo, no grave cenário da crise que põe em risco o próprio destino da humanidade, a positiva repercussão e recepção da encíclica na comunidade internacional (Francisco, 2020, p. 39). De fato, a LS tem sido, no contexto histórico em que vivemos, uma referência para os estudos e debates sobre o tema nas diferentes esferas da sociedade, bem como, internamente, uma marca decisiva no magistério social da Igreja, com profundas motivações e provocações de caráter pastoral. A riqueza, a pertinência e as perspectivas com que o papa aborda a complexa questão ecológica já foram objeto

Liturgia Diária

A melhor e mais completa do Brasil.



Tenha em mãos a caminhada litúrgica de cada mês.



ASSINE AGORA

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

de análise de vários comentadores. Com a brevidade que o espaço aqui impõe, selecionamos, entre outros, alguns desses aspectos.

Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, o olhar teológico com que Francisco considera a natureza. Ao reconhecer e acolher as diversas interpretações da realidade, convidando os diversos saberes a um diálogo enriquecedor, ele apresenta a intencionalidade original da fé judaico-cristã a respeito da criação: “Dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto de amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado” (LS 76). Essa afirmação tem profunda densidade ecológica. Ao compreender a natureza como criação, reconhece-se uma dimensão sacramental no mundo criado: o mundo é criação de Deus e é portador de profundo significado; isto é, cada criatura, a seu modo, é reveladora da bondade e beleza do Criador. Por conseguinte, o mundo natural tem valor próprio, a natureza – todas as criaturas, vivas e não vivas, humanas e não humanas – vale por si mesma, independentemente do uso que dela possa fazer o ser humano. O valor das coisas criadas lhes vem por conta não de sua referência ao humano, mas sim do amor que Deus tem a cada criatura. O dano que se faz à natureza, a destruição ambiental, é, pois, uma ofensa ao Criador, presente em cada criatura – ou, como lamentava T. Berry, cada ser que se extingue é a voz do Criador que silencia para sempre (Berry, 1990). Assim, conclui o papa, é inaceitável uma visão reducionista da natureza, considerada unicamente como objeto

“Ao compreender a natureza como criação, reconhece-se uma dimensão sacramental no mundo criado: o mundo é criação de Deus e é portador de profundo significado; isto é, cada criatura, a seu modo, é reveladora da bondade e beleza do Criador.”

de lucro e interesse, submetida ao domínio arbitrário do ser humano (LS 82). Ao contrário, devido à sua peculiar condição entre as criaturas, cabe ao ser humano a “tremenda responsabilidade” de cuidar do conjunto da criação e preservá-lo (LS 90). Ao lado de outras legítimas motivações ambientalistas, aqui reside o motivo propriamente teológico para o engajamento na luta ecológica: salvaguardar nossa Casa Comum, habitada misteriosamente pelo Criador, que a guia para um destino de plenitude (LS 100).

Ao lado dessa compreensão oriunda da fé judaico-cristã, a *Laudato Si'* adota um campo conceitual de natureza que vai dar uma densidade nova à análise da crise ecológica e aos caminhos a seguir. Trata-se da perspectiva social de ambiente, isto é, da “relação entre a natureza e a sociedade que a habita” (LS 139). Aqui aparece uma abordagem integrativa que supera o equívoco de separar os componentes biofísicos e sociais do ambiente. Dito de outro modo, o que está subentendido é que, ao falar em crise ambiental, deve ser considerada a estreita interação entre o dinamismo da “natureza” e o dinamismo da “sociedade” (Becker, 1993). Nesse ponto da caminhada, Francisco já elegera um princípio que vai se repetindo, como que um ponto de costura, ao longo de toda a encíclica: “Tudo está intimamente relacionado e os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise” (LS 137). Esse princípio reflete o denominado paradigma ecológico, integrador ou sistêmico, cujo referencial científico é a “teoria geral dos sistemas” (Cirne, 2013, p. 99-101). Com esse esquema teórico, Francisco propõe uma “ecologia integral” que inclui claramente as dimensões humanas e sociais. Como dirá posteriormente, “*Laudato Si'* não é uma encíclica ‘verde’. É uma encíclica social. O verde e o social caminham juntos: o destino da criação está unido ao destino de toda a humanidade” (Francisco, 2020, p. 39-40). Assim, “as diretrizes para a solução [da crise

socioambiental] requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS 139). Como resume Aquino Júnior (2024, p. 327), “em última instância, a LS é um apelo a ouvir os gritos/ clamores/gemidos da terra e dos pobres”.

Para responder positivamente a esse apelo, Francisco sabe que é necessária a formação de um novo sujeito ecológico, portador de uma “consciência que permita o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida” (LS 202). Por isso, põe em evidência – este é o terceiro ponto que destacamos – a importância de uma educação e de uma espiritualidade que impliquem verdadeira “conversão ecológica” (LS 216–221) tanto no âmbito pessoal como no coletivo e social: “Não basta que cada um seja melhor [...] Aos problemas sociais responde-se não com a mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias” (LS 219). Urge usar os mais variados espaços: família, escolas, meios de comunicação, política, a Igreja (LS 213–214). Importa promover uma espiritualidade que ajude no processo de mudança de atitudes, de transformação pessoal/comunitária em direção a um relacionamento mais harmonioso com o próximo e com a natureza, gerando um “amor civil e político” (LS 228–232) que “toca não só as relações entre os indivíduos, mas também ‘as macrorrelações, como relacionamentos sociais, econômicos e políticos’” (LS 231).

3. Longo caminho ainda a percorrer

Vimos que, como foi proposto na EG, a “transformação missionária da Igreja” requer, no mundo contemporâneo, uma nova evangelização, que vai encontrar na “ecologia integral” o caminho para salvaguardar a vida das gerações atuais e daquelas que virão. Dez anos depois de seu lançamento, a LS ainda tem longo caminho a percorrer como meta de toda a pastoral da Igreja, e ainda há muito o que fazer para alcançar o desejado cuidado e preservação da nossa

Liturgia Diária das Horas



**Um auxílio para rezar a
oração oficial da Igreja.**



**ASSINE
AGORA**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br



“A mensagem da encíclica – o cuidado da Casa Comum e a ecologia integral – tem contagiado e suscitado uma rede de reflexões e ações nos mais variados segmentos da política, da educação, da cultura, dos movimentos sociais e religiosos, gerando processos transformadores nos mais variados níveis da sociedade.”

Casa Comum. Mesmo com toda a repercussão que obteve (mídia mundial, encontro de governos, eventos acadêmicos e eclesiais em várias partes do mundo), há indicações de que muitos católicos desconhecem seu conteúdo ou não concordam que a Igreja deve estar comprometida com um tema como o meio ambiente (Laudato [...], 22 jun. 2023). Na Jornada Mundial da Juventude, num encontro com universitários da Universidade Católica Portuguesa, o próprio papa ouviu dos jovens que “há muitos pastores e fiéis que não conhecem a LS nem os esforços que se realizam pela proteção da criação” (O que os jovens [...], 4 ago. 2023).

Paradoxalmente, a degradação da natureza continua em ritmo acelerado, com evidentes sinais do aquecimento do planeta e da mudança climática global: eventos extremos, ondas de calor, enchentes e furacões, secas intensas estão se tornando mais frequentes e destrutivos. Nesse contexto progressivo de deterioração, a mensagem da LS mostra-se cada vez mais atual e urgente, a tal ponto que, em 2023, preocupado com a possibilidade cada vez mais real de que estejamos nos “aproximando de um ponto de ruptura”, o papa publicou a Exortação Apostólica *Laudate Deum*, alertando sobre a gravidade da crise climática. Retomando os princípios e propostas da LS, Francisco denuncia as atitudes negacionistas das pessoas

que minimizam o problema (LD 6), como também a falta de coragem dos governantes para as decisões efetivas (LD 56), e renova o apelo para uma caminhada em comunhão e com responsabilidade, em vista das necessárias mudanças (LD 66-72).

No âmbito da recepção positiva, é inegável o impacto provocado pela LS nestes 15 anos, a começar pela própria estrutura do documento, pela riqueza e pela densidade dos aspectos e das perspectivas com que Francisco aborda a questão ecológica e pela radical novidade do caminho proposto para o enfrentamento e a superação da crise socioambiental. Sem dúvida, “a LS marca/inaugura uma nova fase do magistério social da Igreja: seja pela ampliação da chamada ‘questão social’, seja pela radicalidade de seu enfoque” (Aquino Júnior, 2023, p. 325). A mensagem da encíclica – o cuidado da Casa Comum e a ecologia integral – tem contagiado e suscitado uma rede de reflexões e ações nos mais variados segmentos da política, da educação, da cultura, dos movimentos sociais e religiosos, gerando processos transformadores nos mais variados níveis da sociedade. Entre tantos, podemos mencionar a “Semana *Laudato Si*” e o “Tempo da Criação” como exemplos de iniciativas mundiais dedicadas à reflexão e à ação em torno dos ensinamentos e apelos da encíclica.

Um evento eclesial que mostrou a ressonância da LS em uma contextualização concreta e marcante foi o Sínodo para a Amazônia (2019), com o tema: “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, do qual resultou a exortação Querida Amazônia (QA), cujas inspirações básicas se encontram na encíclica *Laudato Si'* e orientam para uma recepção criativa e frutuosa do próprio Sínodo, de modo que, ao conhecer e percorrer o “caminho das periferias geográficas e existenciais” daquela imensa região – onde o avanço do desmatamento, dos garimpos ilegais, das queimadas, do gado e da soja representa constante ameaça –, as comunidades evangelizadoras possam dar à Igreja “rostos novos com traços amazônicos” (QA 7).

Muito significativa para o Brasil, neste ano de 2025, é a Campanha da Fraternidade, com o tema “Fraternidade e ecologia integral”, que tem entre seus objetivos “reconhecer o caminho percorrido e as ações já iniciadas com a encíclica LS e o Sínodo da Amazônia, em vista do seu fortalecimento e continuidade” (CNBB, 2024, p. 7). Nas ricas proposições para o agir, destacam-se “as atitudes e iniciativas sociais no âmbito da boa política” (CNBB, 2024, p. 160), alinhadas com as preocupações e objetivos da próxima Conferência Mundial sobre o Clima (COP 30), que acontecerá de 10 a 21 de novembro de 2025, na cidade de Belém-PA.

Por fim, no Ano Jubilar de 2025, somos convocados pelo papa para “contemplar a beleza da criação e cuidar da nossa Casa Comum”, sob a inspiração do Cântico das Criaturas, cujo aniversário de 800 anos vamos celebrar ao longo de todo este ano. Sim, ainda temos muito o que fazer. Continuemos no “caminho para um futuro melhor” e deixemos que a poesia e a beleza do cântico franciscano nos ajudem “a descentrar e a transcender, para que nossos povos tenham vida” (Francisco, 2020, p. 148).

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO JÚNIOR, F. *Encíclicas sociais: um guia de leitura*. São Paulo: Paulinas, 2023.
- AQUINO JÚNIOR, F. *Teologia em debate: sobre o estatuto epistemológico da teologia*. São Paulo: Paulus, 2024.
- BECKER, B. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, P. F.; MAIDON, D. *As ciências sociais e a questão ambiental, rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED/UFGA, 1993.
- BERRY, T. *The dream of the Earth*. San Francisco: Sierra Club Books, 1990.
- BOFF, L. A encíclica do papa Francisco não é “verde”, é integral. In: MURAD, A.; TAVARES, S. S. *Cuidar da Casa Comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da “Laudato Si’”*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- CIRNE, L. F. R. *O espaço da coexistência: uma visão interdisciplinar de ética socioambiental*. São Paulo: Loyola, 2013.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Fraternidade e ecologia integral: texto-base da CF-2025*. Brasília, DF: Ed. CNBB, 2024.
- FERRARO, B. “Laudato Si’” e a opção pelos pobres. In: MURAD, A.; TAVARES, S. S. *Cuidar da Casa Comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da “Laudato Si’”*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- FRANCISCO, Papa. *Vamos sonhar juntos: o caminho para um futuro melhor*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- LAUDATO Si’: 56% dos católicos não conhecem a encíclica do papa Francisco. *IHU*, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/629840-laudato-si-56-dos-catolicos-nao-conhecem-a-enciclica-do-papa-francisco>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- O QUE OS JOVENS disseram ao papa: “Muitos bispos e fiéis não conhecem a Laudato Si’”. *IHU*, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/631128-o-que-os-jovens-disseram-ao-papa-muitos-bispos-e-fieis-nao-conhecem-a-enciclica-laudato-si>. Acesso em: 11 dez. 2024.

*Educador e sociólogo, graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), doutorando e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) na área de sociologia econômica, democracia e participação social. Atua na Pró-Reitoria de Extensão, no Laboratório de Extensão Pesquisa, Publicação e Internacionalização, e na Pastoral Universitária, ambas da PUC Minas. É membro da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara e consultor da plataforma Economias do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM). E-mail: eduardobrasileiro@gmail.com



PERSPECTIVAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS A PARTIR DA ENCÍCLICA LAUDATO SI'

O modelo econômico e político constitui o coração da crise que acelera a emergência climática e a devastação da biodiversidade. Laudato Si' mi Signore (Louvado sejas, meu Senhor)! Assim exclama o papa Francisco em sua carta encíclica para toda a humanidade. A humanidade está em deslocamento urgente, caótico, e com ela milhares de seres vivos, animais, florestas e biomas. É urgente a transformação socioambiental mediante um chamado à ecologia integral, a qual consolidará processos de relacionalidade que somente nós poderemos iniciar.

“Não é o tempo do teu julgamento [Senhor], mas do nosso julgamento: o tempo de escolher o que conta e o que passa, de separar o que é necessário do que não é. É hora de redefinir o curso da vida para ti, Senhor, e para os outros. E podemos olhar para muitos companheiros de viagem exemplares, que, com medo, reagiram dando a vida [...]. Percebemos que não podemos avançar cada um por si, mas apenas juntos [...]. A tempestade desmascara a nossa vulnerabilidade e deixa expostas essas falsas e supérfluas seguranças com que construímos as nossas agendas, os nossos projetos, nossos hábitos e prioridades. [...] Com a tempestade, desapareceu o truque daqueles estereótipos com os quais mascarávamos os nossos ‘egos’ sempre preocupados com a própria imagem; e mais uma vez foi descoberta aquela (bendita) pertença comum da qual não podemos escapar: a pertença como irmãos.” (Papa Francisco. Meditação durante o momento extraordinário de oração em tempos de epidemia, 27 mar. 2020).

A Carta Encíclica *Laudato Si'*, do papa Francisco, é um dos documentos mais importantes a serem estudados neste século e pode-se afirmar com tranquilidade que é o documento mais marcante de seu pontificado. Ao abordar um tema para cuja seriedade ele havia voltado sua atenção fazia poucos anos, o papa Francisco assumiu um protagonismo exemplar em construir um processo incontornável na história da Igreja Católica: a conversão ecológica.

Antes de prosseguir, é essencial reconhecer o contexto histórico em que a sociedade pluralista começou a abraçar os impulsos que culminaram em uma virada ecológica. Essa transformação é inegável, sobretudo se olharmos algumas décadas no passado. A agenda ambiental ganhou relevância global especialmente a partir da década de 1990, com marcos como a Conferência do Clima Rio-92, onde 179 países se comprometeram com a assinatura da Convenção sobre

Diversidade Biológica e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esses tratados não surgiram no vácuo, mas representaram o ponto de convergência de esforços de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e lideranças políticas ao longo das décadas anteriores, que já alertavam para a urgência de enfrentar a crise ambiental global.

1. A virada ecológica e o confronto econômico e político

A urgência do debate ambiental como eixo central na organização da vida coletiva emerge diante do avanço das teorias desenvolvimentistas e dos impressionantes índices de produção industrial das últimas décadas. Esse cenário reflete um modelo econômico profundamente enraizado no neoextrativismo – abrangendo setores como mineração, agronegócio, indústria sucroalcooleira e de papel e celulose, ou até mesmo corporações específicas como a Coca-Cola, a qual recentemente secou nascentes na região de Itabirito em Minas Gerais¹ –, que prioriza a acumulação de capital em detrimento da sustentabilidade ecológica e social. Sob o imperativo do crescimento econômico, a agenda neoliberal consolidou-se por meio de pactos fiscais e consensos globais, aprofundando desigualdades e fragilizando sistematicamente compromissos socioambientais.

O leitor, contudo, poderá questionar: este é um debate político ou econômico? Convenientemente, o neoliberalismo soube introduzir, com o avanço da ciência econômica, uma feição de neutralidade nos debates econômicos, o que quer dizer que existe uma economia sem influência da política.

1 A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) afirma que os poços artesanais implantados pela concessionária de abastecimento de Itabirito para a unidade da Coca-Cola (apelidada de “Fábrica da Felicidade”) estão secando nascentes dos rios Paraopeba e das Velhas. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/biologos-acusam-coca-cola-de-secar-nascentes-em-minas-gerais.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Por exemplo, têm-se intenções, como reduzir a devastação ambiental, mas isso precisa funcionar dentro da regra econômica que envolve a manutenção dos interesses econômicos preestabelecidos. Infelizmente, a cultura produzida dentro do neoliberalismo aponta para um convencimento social de que a economia é uma regra de ouro, não se muda, e se deve aceitar a lógica desigual e de exploração sob a qual o mundo se encontra.

Karl Polanyi, economista falecido nos anos 1960, autor do clássico *A grande transformação*, traz o anseio pela libertação da terra, do trabalho e do dinheiro em semelhança com os três “Ts” de Francisco: terra, teto e trabalho. Polanyi apontava que a tentativa de separar a economia da esfera política e tratá-la como um sistema independente, como ocorre no capitalismo de mercado, resulta em crises sociais e ambientais, pois ignora a complexidade das interações humanas e os limites impostos pela natureza.

Ele também destaca que os mercados livres não surgem espontaneamente, mas são estabelecidos por meio de processos políticos, muitas vezes à custa de profundas mudanças sociais, como a desintegração das comunidades tradicionais e a mercantilização de elementos fundamentais da vida. Nesse sentido, Polanyi enfatiza que a economia nunca pode ser verdadeiramente “livre” da política, pois sua organização depende de decisões políticas sobre como os recursos são alocados e como as instituições econômicas são estruturadas. Desse modo, ao empreender essas análises aqui, o fazemos exigindo uma retomada de responsabilidade com a Casa Comum. Diante do exposto, toda economia é política, não se reflete em separado.

Na década de 1980, com o famoso Consenso de Washington, promovido por instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Tesouro dos EUA, deu-se início à hegemonia neoliberal. Essa agenda impôs medidas de liberalização comercial, privatizações e austeridade

fiscal, instrumentalizando o controle sobre países em desenvolvimento, particularmente na América Latina. Posteriormente, o Consenso das Commodities dos anos 2000 operou como um mecanismo de perpetuação das dependências estruturais do Sul Global. Sob o pretexto de crescimento, as exportações de *commodities* foram moldadas para atender às demandas das potências centrais, reforçando a lógica do neoextrativismo como um modelo econômico explorador e subordinado.

Atualmente, vivemos sob o que pode ser chamado de Consenso da Descarbonização, articulado pela agenda da economia verde. Embora promova tecnologias importantes, como captura de carbono (CCS), biocombustíveis e geoengenharia, essa abordagem frequentemente falha em confrontar as raízes estruturais das mudanças climáticas: o consumo desenfreado e a exploração indiscriminada da natureza. Tecnologias “verdes”, muitas vezes exaltadas como soluções, podem implicar novos impactos ambientais, como maior uso de bens naturais e produção de resíduos tóxicos, perpetuando, assim, a lógica capitalista de externalização dos custos sociais e ecológicos.

O “paradigma tecnocrático” ao qual Francisco se refere longamente na encíclica *Laudato Si’* (n. 101–122) parte justamente dessa leitura sobre o sequestro da tecnologia pelas *big techs* (gigantes da tecnologia), pela concentração de poder que há no mundo hoje. Sabemos, com base em nossa formação, que a ciência é a visão de tudo e a tecnologia é a aplicação. Hoje vemos o inverso, a instrumentalização da ciência para o capital, gerando uma “aliança entre economia e tecnologia (que) acaba por deixar de fora tudo o que não faz parte dos seus interesses imediatos” (LS 54).

Consensos são chaves comuns de interpretação. Por consensos entende-se a abertura de portas de debates travados. Os consensos neoliberais acima expostos se utilizaram de ondas em todos os países por meio da mobilização de interesses comuns aos cidadãos, como é o caso

da economia verde. A introdução da sustentabilidade se dá nessa disputa entre uma agenda tímida, como se fosse um tema, e uma agenda de compromissos sociotransformadores para uma real virada ecológica. Para os mercados, diferentemente de um processo que exige a reflexão, a revisão de práticas e o aprofundamento de um plano, a sustentabilidade era um engodo que deveria ser acolhido com o mínimo de esforço possível.

No Brasil, a resistência ao avanço neoliberal ganha força graças à atuação crescente dos movimentos indígenas e sua aliança com setores do movimento ambientalista. Em escala global, a década de 2010 testemunhou o amadurecimento dos movimentos ambientalistas, com o surgimento de figuras atrativas, como é o caso da jovem Greta Thunberg, desafiando lideranças políticas a enfrentar a crise climática de forma concreta.

A encíclica *Laudato Si'* oferece um marco importante nesse debate. Surgindo em 2015, reflete um novo compromisso da Igreja Católica com o acolhimento e o diálogo com setores importantes da sociedade. O papa Francisco põe para dialogar com ele nessa encíclica a indiana Vandana Shiva, o ecoteólogo Leonardo Boff, inspirado na Carta da Terra, lideranças de movimentos populares e indígenas e outros cientistas, enfatizando que a luta pelos pobres e pela terra é inseparável, consolidando uma postura crítica ao modelo econômico hegemônico (Boff, 2012, p. 79).

2. A conversão ecológica e a conversão da Igreja aos pobres e à terra

O significado principal buscado na encíclica LS ou nos desdobramentos dela é compreender os caminhos para construir uma ecologia integral. O cardeal Parolin, em um discurso sobre ecologia integral, refletindo sobre as palavras do papa Francisco, afirma que ela “deve ser entendida como um poliedro através do qual se pode adotar uma nova visão do mundo e analisar as

DOCAT COMO AGIR?

Fundação Youcat



CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Este livro apresenta a Doutrina Social da Igreja em uma linguagem jovem. Com prefácio do papa Francisco, convida os jovens a viver a Doutrina Social na prática.



ADQUIRA
JÁ

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

diferentes questões que questionam a humanidade” (Parolin, 2020). O poliedro está na compreensão multidimensional da crise e das oportunidades. A crise ecológica não pode ser dissociada da crise social: “Não se pode sustentar um desenvolvimento autêntico e integral se não há a percepção de que a nossa vida está entrelaçada com a vida de todas as outras criaturas” (LS 137). Francisco critica um modelo econômico que exclui os mais vulneráveis e explora a natureza sem considerar seus limites. A “cultura do descarte”, denunciada pelo papa, não se reduz apenas à dimensão do consumo, vai muito mais além, aponta para os humanos descartados e, com eles, todos os outros seres vivos (LS 22).

Em vista disso, a conversão ecológica demanda não apenas mudanças práticas, mas também profunda revisão de paradigma: trata-se da conversão da natureza de objeto a sujeito de direito, assim como o humano (Carvalho; Magalhães, 2024). Esse reconhecimento implica reestruturar relações socioeconômicas e culturais, colocando a dignidade da Terra e dos ecossistemas no centro das decisões políticas e econômicas, rompendo com a lógica de exploração e consumo que os reduz a meros recursos.

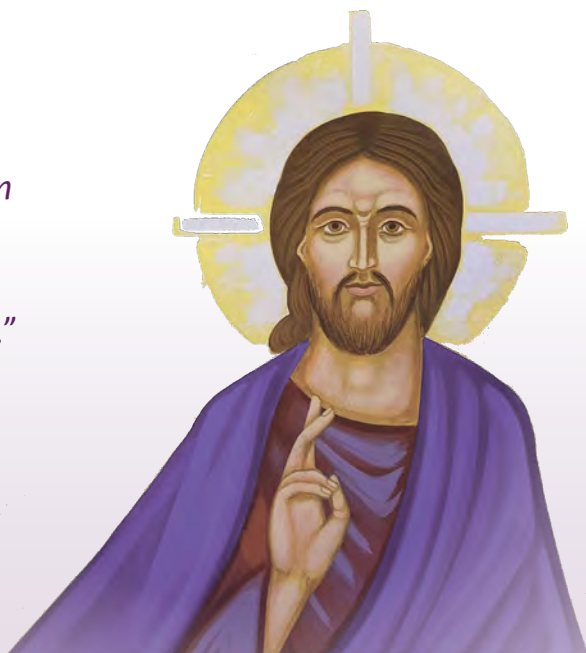
Sob a lógica da natureza não mercantilizada, Francisco alerta para a perda de biodiversidade

como um dos sintomas mais alarmantes de um sistema econômico predatório, afirmando: “Os recursos da terra estão sendo depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e produtiva” (LS 32). A prática do neoextrativismo, muitas vezes incentivada em nome do desenvolvimento, é duramente criticada, por seus impactos irreversíveis.

Para enfrentar as desigualdades, o pontífice sublinha a necessidade de justiça distributiva, defendendo um modelo econômico que priorize a inclusão social. Ele aponta: “A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano” (LS 109). Aqui, ele sugere que o lucro desmedido deva ser substituído por uma economia orientada para o bem comum, capaz de equilibrar as necessidades humanas e a preservação ambiental. No livro *Vamos sonhar juntos* (2020, p. 143), Francisco afirma: “A renda básica universal poderia redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza”.

A LS apresenta uma crítica profunda às dinâmicas econômicas e políticas do nosso tempo, chamando a atenção para as

“... a conversão ecológica demanda não apenas mudanças práticas, mas também profunda revisão de paradigma: trata-se da conversão da natureza de objeto a sujeito de direito, assim como o humano.”



interconexões entre a crise ambiental e a desigualdade social. No âmbito político-econômico, denuncia a exploração predatória dos recursos naturais, impulsionada por uma lógica imediatista de mercado que prioriza o lucro em detrimento da preservação da biodiversidade e do bem-estar das gerações futuras (LS 32). Aponta a fraqueza das reações políticas globais frente à crise, destacando a subordinação da política aos interesses econômicos e tecnológicos, que frequentemente põem o bem comum em segundo plano (LS 54). O documento também critica o paradigma tecnocrático que domina as relações econômicas, enfatizando que o crescimento tecnológico, desvinculado de valores éticos e da inclusão social, agrava as desigualdades e a destruição ambiental (LS 105; 109). Além disso, condena a “cultura do relativismo” que sustenta práticas de exploração humana e ambiental, propondo que uma mudança cultural e ética é essencial para transformar a economia e a política (LS 123).

A encíclica defende uma economia diversificada e inclusiva, que valorize o trabalho humano como caminho para a dignidade e promova sistemas produtivos sustentáveis, em contraponto ao modelo de larga escala que marginaliza pequenos produtores e concentra riquezas (LS 128-129), e então prossegue: “a solução dos problemas estruturais do planeta não pode ser realizada por meio de um mero ajuste técnico ou econômico”, mas exige uma mudança cultural e espiritual profunda (LS 9).

O pacto global por outra economia proposto por Francisco em 1º de maio de 2019, a Economia de Francisco, busca costurar essa trama, com o interesse de que jovens no mundo inteiro se empenhem em formular outras experiências produtivas, colaborativas, de gestão das comunidades e de cooperação entre Estado e empresas. No Brasil, em alguns países da América Latina e até em Portugal, a Economia de Francisco e Clara

(Brasileiro, 2023) aponta uma série de ações a serem assumidas por comunidades, paróquias, dioceses e pelo conjunto da sociedade civil, como já publicado nesta *Vida Pastoral*.²

A LS é um convite para a conversão ecológica aos católicos e cristãos, para o cultivo de elementos que foram centrais em sua tradição e se perderam com o passar do segundo milênio: o cultivo da Casa Comum, a defesa dos mais pobres e a acolhida a toda e qualquer diversidade. Como um ecossistema, é também a busca por uma economia e uma política de interdependências e ecodependências.

O papa Francisco adota a perspectiva franciscana ao propor uma “ecologia integral” que reconhece a interdependência entre todos os seres e convida à conversão ecológica, unindo cuidado ambiental, justiça social e espiritualidade. Essa visão dialoga com outros documentos do magistério da Igreja, como a encíclica *Caritas in Veritate* (2009), de Bento XVI, que destacou a relação entre o desenvolvimento humano integral e o respeito pela criação, e *Pacem in Terris* (1963), de São João XXIII, que já apontava a necessidade de ações globais para enfrentar desafios que transcendem fronteiras. Também a *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), de São João Paulo II, advertiu sobre os perigos do consumismo e do impacto ambiental das práticas econômicas injustas, antecipando questões aprofundadas na *Laudato Si’*. Esses documentos reforçam a tradição da Igreja de associar a ética do cuidado com a criação ao compromisso com a dignidade humana e a justiça.

Ao ressaltar o papel da Igreja na promoção dessa transformação com base no Evangelho (Aquino Júnior, 2016), a LS inova a partir da pedagogia dos compromissos e da aliança com o magistério presente na

2 Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/educacao/economia-de-francisco-e-clara-no-chao-da-realidade-praticas-pastorais-educacao-ecologica-e-incidencia-territorial/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Doutrina Social da Igreja. Francisco convoca a humanidade para outro pacto civilizatório, ancorado no cuidado com a Casa Comum e no compromisso com os pobres, afirmando que a justiça social e a ambiental são inseparáveis. A crítica dirige-se ao paradigma tecnocrático e à lógica mercantilista, alinhando-se à tradição latino-americana de uma teologia que articula fé e compromisso com a transformação social (Brighenti, 2019).

Francisco traz para o centro de sua reflexão na LS os pobres em uma sociedade carregada não só pelas desigualdades, mas também pelas bolhas da sociedade de consumo que criam impressões de que o número de pobres é menor do que se fala e que a classe média não é pobre. Essa problemática social é confrontada, entre tantas manifestações e ações, por um papa que reinsere os pobres no calendário da Igreja (Dia Mundial dos Pobres) e que faz um corpo eclesial altamente aburguesado com o passar de décadas (tendo em vista somente o pontificado de São João Paulo II) começar a se mover entre incômodos e suspeitas. A radicalidade e o paradigma franciscanos são trazidos à baila e experimentam importante retomada na trilha da Igreja.

A pobreza não é apenas uma questão econômica, mas também uma condição política e existencial, intrinsecamente ligada a um sistema que exclui aqueles que não se ajustam à lógica do mercado. A pobreza está atrelada à redução da vida humana e à negação de uma vida digna, sendo, portanto, uma questão que transcende as condições materiais e adentra o campo da ética e da política. Nesse contexto, o modelo econômico atual, com seu foco na maximização do lucro, contribui para a marginalização e exploração de vastas camadas da população e, ao mesmo tempo, para a destruição do meio ambiente. Giorgio Agamben (2014), em seus estudos sobre o franciscanismo, em que reflete sobre a relação entre pobreza e

vida monástica, tece uma crítica ao sistema econômico atual, refletindo sobre como a pobreza se articula não apenas com a exclusão social, mas também com uma vida ética e comunitária (LS 180).

Esse raciocínio encontra ecos nas críticas da LS, que também desafia a economia de mercado e o modelo de crescimento ilimitado. A encíclica denuncia a exploração sistêmica da produção neoliberal, seja pelo neoextrativismo, seja pela ideologia fiscal, que formulou uma amarra nos orçamentos dos países, inviabilizando transformações reais na vida dos pobres. A LS propõe uma reconexão com formas de vida mais simples e com um respeito profundo pela criação. Ao valorar a simplicidade, não nega a crítica ao empobrecimento causado pelas implicações desse modelo na vida cotidiana, como o endividamento, a precarização do trabalho e uma série de medidas que aprofundaram as desigualdades globais atuais, mas, sobretudo, elabora uma *regra de vida* que não se submete à lógica de mercado e abre um campo de reflexão que pode ser útil para aprofundar as bases de uma ecologia integral, em que a mais fiel conversação exige a vivência de uma ecologia da vida.

3. A ecologia integral em busca da sobriedade feliz e de uma multilateralidade dos debaixo

A encíclica *Laudato Si'* oferece uma reflexão que vai além da denúncia de práticas destrutivas e promove profunda reorientação cultural, espiritual e econômica, em busca de uma “sobriedade feliz”. Esse conceito é expresso como a capacidade de viver com menos, mas de forma mais plena, realçando que “a sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora” (LS 223). Sobriedade feliz implica reconhecer que o consumismo e o crescimento econômico ilimitado não são compatíveis com a preservação do planeta e com o bem-estar humano, propondo, em

seu lugar, uma vida mais simples e voltada para valores comunitários e ecológicos.

A crise do multilateralismo global, evidenciada pela incapacidade de grandes instituições internacionais de oferecer respostas concretas e urgentes à crise climática, destaca a necessidade de uma reconfiguração do papel das comunidades. Na LS, Francisco enfatiza que “as soluções não podem vir apenas de um único modo de interpretar e transformar a realidade” (LS 63), mas exigem uma articulação de saberes e práticas locais. Desse apontamento começaram a surgir muitas comunidades *Laudato Si'*, mas tais comunidades têm se limitado a locais de vivências da Casa Comum, sem se articular com redes de justiça socioambiental. Nesse sentido, a proposta de um “multilateralismo dos debaixo” surge como um caminho, onde comunidades, povos originários, territórios organizados devem propor nova forma de governança socioambiental, submetendo a governança econômica ao cuidado dos biomas, à defesa de toda a biodiversidade. Comunidades no Brasil e em várias partes do mundo já se organizam nesse sentido: são os movimentos populares, que, no acúmulo de suas lutas, exigem a governança dos bairros e territórios, sobretudo diante da transição energética e de outros modelos que envolvem grandes empreendimentos do capital, de cujos impactos as comunidades não estão imunes. Essas comunidades têm sido historicamente as guardiãs dos territórios mais ameaçados e possuem saberes ancestrais que, combinados com soluções tecnológicas, podem apontar caminhos mais sustentáveis.

Na prática, essa multilateralidade dos debaixo é construída com base no fortalecimento de redes de solidariedade e na resistência local e global. Comunidades indígenas, movimentos sociais e organizações populares demonstram como a ação coletiva pode confrontar as lógicas predatórias do

capitalismo e propor modelos alternativos de convivência com o planeta. A *Laudato Si'* reconhece explicitamente essa força transformadora: “A partir do nível local, é possível criar uma pressão sobre as instituições públicas, inclusive internacionais, para que elas considerem sempre o meio ambiente e os pobres” (LS 179).

A busca por uma ecologia integral e por uma economia que respeite a vida passa pela superação das hierarquias impostas pelo Antropoceno. Como destaca a encíclica, é imprescindível que as ações políticas e econômicas sejam orientadas pela ética da interdependência e da solidariedade universal (LS 158). Nessa perspectiva, a inclusão dos povos indígenas, das mulheres e das comunidades marginalizadas no processo decisório não é apenas necessária, mas também uma exigência ética para reverter os impactos da crise climática.

Finalmente, a ideia de sobriedade feliz e de aliança (multilateralidade) dos debaixo nos convida a abandonar o paradigma competitivo e predatório que rege as relações internacionais e a economia global. Como destaca a encíclica, “os limites impostos por uma visão fragmentada da realidade impedem de captar o entrelaçamento das relações que existem entre as coisas” (LS 138). A integração de saberes, culturas e práticas comunitárias pode ser a chave para uma governança planetária que esteja à altura dos desafios do nosso tempo.

A partir da perspectiva dos povos originários, questiona-se a separação entre natureza e cultura e promovem-se alternativas éticas e políticas alinhadas à ecologia da vida. Ou seja, a experiência de uma ecologia integral está em articular cosmologias indígenas, saberes periféricos, ancestralidades, pisar no chão firme da fé inculturada e pôr-se a serviço dos irmãos. Abrir caminhos para imaginar futuros que respeitem a interdependência e a ecodependência entre todos os seres.



“A encíclica denuncia a exploração sistêmica da produção neoliberal, seja pelo neoextrativismo, seja pela ideologia fiscal, que formulou uma amarra nos orçamentos dos países, inviabilizando transformações reais na vida dos pobres.”

4. Como dizer “Louvado sejas, meu Senhor” hoje?

A chave para essa porta é comunitária. Muitos agrupamentos de pessoas em torno dos compromissos da *Laudato Si'* têm assumido a construção do louvor à Casa Comum. Espaços e agrupamentos têm-se esforçado em dizer “Louvado sejas, meu Senhor” a partir do empenho gerador dessa encíclica. Bebem de sua esperança movimentos eclesiais, sociais e ambientalistas, unidos porque tudo está interligado (LS 16). Essas iniciativas, surgidas sob a inspiração da *Laudato Si'*, são expressões concretas de uma Igreja que tem aprendido e precisa aprender mais a ser guardiã da criação e aliada dos pobres, buscando traduzir a espiritualidade ecológica em ações transformadoras no mundo.

“Os pobres e a terra estão bradando:
Senhor, tomai-nos
sob o vosso poder e a vossa luz,
para proteger cada vida,
para preparar um futuro melhor,
para que venha o vosso Reino
de justiça, paz, amor e beleza.
Louvado sejas!
Amém.”

(Papa Francisco, *Laudato Si'*, trecho final da oração pela nossa terra) **VP**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. *Altíssima pobreza*: meditações sobre a condição do pobre. São Paulo: Boitempo, 2014.
- AQUINO JÚNIOR, F. de. *Ecologia integral*: por uma teologia a partir da “*Laudato Si'*”. São Paulo: Paulinas, 2016.
- BOFF, L. *Sustentabilidade*: o que é, o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASILEIRO, E. (org.). *Realmar a economia*: a Economia de Francisco e Clara. São Paulo: Paulus, 2023.
- BRIGHENTI, A. *A Igreja e a ecologia integral*: desafios e perspectivas à luz da “*Laudato Si'*”. São Paulo: Paulus, 2019.
- CARVALHO, F. A.; MAGALHÃES, J. L. Q. *Ecologia jurídica*: repensando as bases do direito para a proteção da vida. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2024.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*: Carta Encíclica sobre o cuidado da Casa Comum. Vaticano, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 11 dez. 2024.
- FRANCISCO, Papa. *Vamos sonhar juntos*: o caminho para um futuro melhor. Tradução: Austen Ivereigh. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- PAROLIN, Cardeal P. *Os marcos da ecologia integral para uma economia humana*. Conferência Internacional da Fundação Centesimus Annus Pro Pontífice, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/parolin/2020/documents/rc_seg-st_20201023_parolin-integral-ecology_it.html#_ftn2. Acesso em: 11 dez. 2024.
- POLANYI, K. *A grande transformação*: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

ROTEIROS HOMILÉTICOS

Pe. Francisco Cornélio*



ACESSE TAMBÉM O PROGRAMA
PALAVRA VIVA PELO QR CODE
AO LADO.



maio

Os cantos das celebrações, bem como as respectivas indicações de autoria e as partituras, podem ser acessados por meio dos códigos QR ao lado. Ouça os álbuns da Paulus, de forma gratuita, nas principais plataformas de *streaming*.



junho

3º DOMINGO DA PÁSCOA

4 de maio

Amar, seguir e testemunhar Jesus, o Cordeiro imolado que ressuscitou

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo é verdadeira síntese da missão cristã no mundo, pois recorda a centralidade que o Cristo ressuscitado e sua força transformadora devem ocupar na vida de cada pessoa e na Igreja. Na primeira leitura, vemos o corajoso testemunho dos apóstolos diante das perseguições sofridas nos primórdios da Igreja; perante as autoridades religiosas de Jerusalém, eles reafirmam a opção radical de obedecer a Deus antes que aos homens, condição indispensável para o discipulado. Na segunda, Jesus é apresentado como o Cordeiro imolado que, tendo vencido a morte, é glorificado e adorado pelos anjos, pelos santos e pela inteira criação. O Evangelho mostra que a missão da Igreja só tem sentido se for orientada por Jesus. Sem ele, tudo não passa de ativismo estéril. E o critério para manter-se fiel ao seu projeto é o amor, o qual deve ser renovado constantemente, tendo em vista as fragilidades humanas. É isso o que revela o diálogo sincero de Jesus com Pedro, por

meio do qual o apóstolo foi reconciliado e reabilitado ao seguimento.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 5,27b-32.40b-41

A primeira leitura dos domingos do tempo pascal é sempre tirada de Atos dos Apóstolos, alternando-se os textos de acordo com o ano litúrgico. O texto de hoje pertence à primeira parte do livro (At 1,1-8,4), que retrata os primórdios da Igreja em Jerusalém. Lucas, o autor, apresenta esse período com bastante entusiasmo, mostrando o contínuo crescimento da comunidade cristã, sob a liderança dos apóstolos. Animados pelo Espírito Santo, eles não cessavam de anunciar e testemunhar o Cristo ressuscitado. Isso gerava perseguições da parte das mesmas autoridades que tinham crucificado Jesus.

O trecho lido nesta liturgia faz parte do relato do segundo processo sofrido pelos apóstolos perante o sinédrio (At 5,17-42). No primeiro, apenas Pedro e João foram punidos (At 4,1-22); no segundo, parece que todos foram envolvidos, como mostra o texto. Eles foram encarcerados pelos chefes religiosos (v. 17), mas libertados pelo anjo do Senhor, que lhes deu a ordem de irem de novo ensinar no templo (v. 19-21a). Por causa disso, foram denunciados e obrigados a comparecer diante

*Pe. Francisco Cornélio é presbítero da diocese de Mossoró-RN. Possui mestrado em Teologia Bíblica pela Pontificia Università San Tommaso D'Aquino – Angelicum (Roma). É licenciado em Filosofia pelo Instituto Salesiano de Filosofia – Insaf (Recife) e bacharel em Teologia pela Universidade Católica de Salvador-BA. É professor de Teologia no Centro Universitário UniCatólica do RN. <francornelio@gmail.com>

do sinédrio, para serem interrogados (v. 21b-27). É neste ponto que começa a leitura: os apóstolos são acusados de ensinar em nome de Jesus, mesmo tendo sido severamente proibidos pelas autoridades religiosas (v. 28). Ao invés, porém, de se intimidarem com a acusação, aproveitam a ocasião para confirmar o testemunho, renovando as convicções da missão e a fé na ressurreição de Jesus (v. 29-32).

O ponto alto da leitura é a afirmação de Pedro de que é necessário obedecer antes a Deus do que aos homens (v. 29); nela está a síntese de todos os efeitos que a ressurreição de Jesus deve provocar na Igreja e em cada pessoa. Significa a disposição de assimilar os ensinamentos e o estilo de vida de Jesus, a disposição de anunciar sua mensagem libertadora e a coragem de assumir as consequências dessas opções. Tudo isso, obviamente, gera perseguição. E, apesar de punidos (v. 40b), os apóstolos saem felizes do julgamento (v. 41), não porque tenham prazer pelo sofrimento, mas porque sabem que este é consequência da fidelidade a Jesus e a seu projeto libertador. Assim deve ser a postura da Igreja em todos os tempos.

2. II leitura (Ap 5,11-14)

Do 2º ao 6º domingo da Páscoa – no ano litúrgico C –, a segunda leitura é tirada do Apocalipse de São João. Apesar de ser equivocadamente associado a catástrofes e tragédias, o Apocalipse é, acima de tudo, um livro de resistência e esperança. Foi escrito já nos últimos anos do século I, para animar as comunidades da Ásia Menor que, na época, sofriam com as perseguições do imperador romano Domiciano. O autor foi um profeta cristão, discípulo do apóstolo João, cujo nome adotou, mediante o fenômeno literário da pseudonímia, a fim de conferir autoridade à obra. Fazendo uso intenso de imagens e símbolos, como é típico do gênero literário apocalíptico, ele quis transmitir aos seus leitores esperança e confiança no Senhor como

artífice e condutor da história, não obstante as hostilidades sofridas.

O texto da liturgia faz parte da visão do trono e do Cordeiro (Ap 4-5), seção que introduz o “livro dos sete selos” (Ap 6,1-8,1) e toda a segunda parte da obra (Ap 4,1-22,5). Nela, Jesus é contemplado como o Cordeiro que foi imolado, mas venceu a morte e ressuscitou. Por isso, é o único ser habilitado a abrir e interpretar o livro lacrado com os selos (v. 1-2,5), que simboliza a história. A figura do Cordeiro evoca mansidão, fragilidade e impotência; é a imagem da vítima, não apenas no plano litúrgico, mas na concretude da história. Representa os pequenos e marginalizados. Logo, sua vitória sobre a morte é a vitória do bem sobre o mal, o triunfo dos pequenos sobre os grandes.

Para celebrar a vitória do Cordeiro, todo o universo se envolve numa solene ação litúrgica (v. 13), unindo a multidão de anjos, santos e todas as criaturas (v. 11.13). Isso quer dizer que toda a criação é beneficiária da ressurreição de Jesus e, logo, deve ser cuidada como dom de Deus. Os sete atributos dispensados ao Cordeiro (v. 12) expressam a plenitude da divindade e seu senhorio sobre o mundo; por isso, ele é adorado e glorificado para sempre (v. 14). Assim, o autor denuncia o culto imperial e adverte as comunidades destinatárias sobre não reconhecer nenhum traço de Deus no imperador romano ou qualquer sistema dominante.

3. Evangelho (Jo 21,1-19)

É quase unanimidade entre os estudiosos que a redação original do Quarto Evangelho termina em Jo 20,30-31, com o fim das aparições do Ressuscitado aos seus discípulos, em Jerusalém. O capítulo 21 foi acrescentado como epílogo, para responder às novas demandas das comunidades destinatárias, sem trair as intenções originárias do evangelista. É dele que é tirado o Evangelho desta liturgia.

O texto contém o relato da terceira aparição de Jesus ressuscitado aos seus discípulos,

no Evangelho de João, seguida do diálogo reconciliador com Pedro. Ao contrário das duas primeiras, que aconteceram em Jerusalém numa sala fechada, durante a reunião da comunidade, em dois domingos consecutivos, conforme mostrou o Evangelho do domingo passado (Jo 20,19-31), a terceira aparição se dá no lago da Galileia, chamado de mar de Tiberíades, num dia comum, enquanto os discípulos pescam (v. 1). Já temos um primeiro elemento significativo: a presença do Ressuscitado não se restringe ao espaço litúrgico. Ele pode ser encontrado no cotidiano, durante o trabalho e em qualquer situação. Para reconhecê-lo, no entanto, é necessário viver com ele uma relação permanente de amor. Por isso, só o discípulo amado o reconheceu de imediato (v. 7).

A pesca era a atividade de boa parte dos discípulos antes do chamado e tornou-se imagem da missão da comunidade cristã (cf. Lc 5,1-11). O texto joanino mostra duas experiências de pescaria: na primeira, os discípulos se lançam ao mar por iniciativa própria, e o resultado é um fracasso (v. 3); na segunda, lançam a rede sob a orientação do Ressuscitado e obtêm peixes em abundância (v. 5-6). A lição é clara: a missão cristã, em todos os tempos, só tem sentido e eficácia se for guiada pelas palavras de Jesus. Só os esforços humanos não são suficientes. A grande quantidade de peixes, 153, simboliza a diversidade e universalidade que compõem a Igreja, enquanto a rede representa a própria Igreja (v. 11). Somente com coerência ao Evangelho é possível manter a unidade na diversidade. A pescaria se conclui com uma refeição que prefigura a Eucaristia: nela são partilhados os dons do Ressuscitado com os frutos do trabalho humano (v. 9-10). Trata-se de banquete inclusivo, ao qual todas as pessoas devem ter acesso, pois quem convida é o próprio Jesus (v. 12).

A última parte do texto é marcada pelo diálogo franco e sincero de Jesus com Pedro (v. 15-19), que marca a reabilitação do

apóstolo. Com efeito, apesar da proeminência que ocupava no grupo, Pedro demonstrou grandes incoerências em sua trajetória de discípulo, sobretudo no contexto da paixão, com o protesto no lava-pés (Jo 13,6-8) e as três negações (Jo 18,15-27). A tríplice pergunta de Jesus sobre se Pedro o ama funciona, portanto, como reparação às três negações. É uma prova de que o Senhor não desiste do ser humano. Por isso, convicto de ter reconquistado o amor de Pedro, Jesus lhe confia o cuidado do seu rebanho e anuncia um destino semelhante ao seu: o martírio (v. 18-19), que significa o testemunho até as últimas consequências. O diálogo conclui-se com o renovado convite ao seguimento, cuja exigência é o amor.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Mostrar a relação entre as três leituras, enfatizando o trinômio amor-seguimento-testemunho. Lembrar que o Ressuscitado se deixa encontrar em qualquer tempo e espaço; a condição essencial para reconhecê-lo é o amor. De fato, onde há amor, ele se faz presente. Toda pessoa deve sentir-se amada por Jesus. Só quem tem convicção desse amor pode anunciá-lo e testemunhá-lo. Ele está sempre presente no cotidiano da comunidade e na vida de cada pessoa. Para reconhecê-lo, é necessário deixar-se conduzir pelo amor.

4º DOMINGO DA PÁSCOA

11 de maio

Escutar e seguir Jesus, o Pastor que dá vida

I. INTRODUÇÃO GERAL

No 4º domingo da Páscoa, sempre se lê um trecho do capítulo 10 do Evangelho de João, no qual Jesus se define como o Bom Pastor, contrapondo-se à classe dirigente de Jerusalém, que tinha se tornado uma casta de mercenários. Por isso, este dia ficou conhecido como o domingo do Bom Pastor e,

oportunamente, no ano de 1964, o papa São Paulo VI o instituiu como o Dia Mundial de Oração pelas Vocações.

Devido às suas origens ligadas à vida pastoral, o povo de Israel sempre atribuiu grande importância à imagem do pastor, aplicando-a a Deus, em primeiro lugar, e depois a todas as pessoas que exerciam liderança, tanto religiosa quanto política. No Novo Testamento, ela é aplicada exclusivamente a Jesus. A liturgia deste domingo é toda marcada por essa imagem. Na primeira leitura, a referência é menos explícita, mas a experiência missionária de Paulo e Barnabé mostra as consequências do seguimento e da escuta da voz do Bom Pastor. Na segunda, Jesus ressuscitado é apresentado como o Cordeiro e Pastor que conduz a humanidade à vida em plenitude. O Evangelho mostra a qualidade do pastoreio de Jesus: ele é o pastor que dá vida, protege e mantém relação de confiança e conhecimento recíprocos com as ovelhas. O salmo é uma proclamação cantada do pastoreio de Deus sobre toda a terra.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 13,14.43-52)

Tirada dos Atos dos Apóstolos, a leitura faz parte da seção dedicada à primeira viagem missionária de Paulo, acompanhado de Barnabé (13,1-14,28). É um momento importante para a vida da Igreja nascente; quer dizer que o anúncio do Evangelho já rompeu os limites geográficos da Palestina e começou a espalhar-se pelo vasto território do Império Romano. Isso significa que o mandato do Ressuscitado está sendo cumprido e o Evangelho está a caminho dos “confins da terra” (At 1,8).

O texto lido relata a experiência dos dois missionários na cidade de Antioquia da Pisídia, na Ásia Menor. O autor descreve o método missionário de Paulo: ao chegar a uma cidade, ele se dirigia inicialmente à sinagoga (v. 14), para anunciar o Evangelho primeiro aos judeus; após ser rejeitado pelos judeus é que se dirigia

aos pagãos (v. 46). Apesar de saltar os versículos que contêm a primeira pregação de Paulo na cidade (At 13,15-41), a leitura mostra seus efeitos: a adesão de muitos judeus e simpatizantes (v. 43), e a curiosidade de quase toda a cidade, que se reuniu no sábado seguinte para ouvir o anúncio (v. 44). Isso gerou inveja e oposição nos judeus e, consequentemente, perseguição aos missionários (v. 45.50).

Em resposta à oposição dos judeus, Paulo e Barnabé direcionam o anúncio aos pagãos (v. 46), justificando a decisão tomada com uma citação do profeta Isaías (Is 49,6), já usada por Lucas no seu Evangelho, para ilustrar a missão do próprio Jesus (Lc 2,32): ser luz para as nações e levar a salvação até os confins da terra (v. 47). Diante do anúncio que lhes é dirigido, os pagãos ficam contentes e abraçam a fé (v. 48). É essa a dinâmica que faz a Palavra do Senhor espalhar-se continuamente (v. 49), pois nada consegue impedir o anúncio; a rejeição de um público faz os pregadores procurarem outros auditórios. Assim, na perspectiva do autor, a perseguição se torna providencial para a universalidade da salvação, pois impede o comodismo dos missionários e faz o Evangelho alcançar novos destinatários.

Obrigados a deixar a cidade devido à perseguição, Paulo e Barnabé cumprem o gesto simbólico de sacudir a poeira dos pés (v. 51), como reprovação àqueles que rejeitaram o Evangelho, conforme Jesus mesmo recomendou (Lc 9,5). O mais importante é que eles saem com a missão cumprida: deixam na cidade uma comunidade de discípulos cheios de alegria e do Espírito Santo (v. 52). Isso prova que, por meio dos seus discípulos missionários, a voz do Bom Pastor é ouvida.

2. II leitura (Ap 7,9.14b-17)

A segunda leitura continua a ser tirada do livro do Apocalipse, cujo título significa “revelação”, ou seja, “tirar o véu” que encobre uma realidade, para torná-la conhecida por meio

de uma linguagem cheia de imagens e símbolos, típica do gênero literário apocalíptico. Os destinatários leem a mensagem simbólica como convite à esperança e à resistência, e não como prenúncio de tragédias e catástrofes. O trecho lido nesta liturgia pertence à seção dos “sete selos” (Ap 6,1-8,1), os quais são o lacre do livro que contém o desfecho da história e o destino do mundo. Somente o Cordeiro imolado tem autoridade e capacidade para abrir e revelar o sentido de cada selo e, conseqüentemente, do livro.

A visão contida no texto proclamado corresponde à parte final do sexto selo (6,12-7,17), o mais importante dos sete, pois trata da redenção do gênero humano. Vê-se uma multidão incontável de gente de toda a terra, com vestes brancas e palmas na mão, diante do trono e do Cordeiro (v. 9). As vestes brancas simbolizam a glória de Deus e a luz da ressurreição; as palmas significam vitória. Trata-se, portanto de uma multidão vitoriosa. É a totalidade dos que passaram pela grande tribulação, resistiram ao mal e lavaram as vestes no sangue do Cordeiro (v. 14b), ou seja, foram salvos pela paixão redentora de Cristo e alcançaram a bem-aventurança definitiva (v. 15). Por isso, já não estão sujeitos aos condicionamentos deste mundo (v. 16). Esse é o destino de quem se mantém fiel ao projeto libertador de Deus num mundo marcado por injustiças.

Em suma, o texto ensina que, apesar dos dramas que marcam a existência, o destino da humanidade é a vida em plenitude, para a qual só o Cordeiro, que também é pastor, pode conduzir (v. 17). Temos aqui uma das definições mais ricas da identidade de Jesus: ele é Cordeiro e o Pastor. Isto garante a qualidade do seu pastoreio: ele se identifica com as ovelhas, conhece a situação de cada uma e, por isso, só ele pode conduzi-las às fontes da água da vida, ou seja, à vida plena, que é o destino do gênero humano.

3. Evangelho (Jo 10,27-30)

Como é sabido, o capítulo 10 do Evangelho de João é marcado pela autoapresentação de Jesus como o Bom Pastor, o único capaz de dar a vida pelas ovelhas. Trata-se de imagem muito significativa, pois, além de revelar traços essenciais da sua identidade, também serve de contraposição e denúncia às lideranças religiosas de Jerusalém, que agiam como mercenários; ao invés de promover a vida e o bem das pessoas, exploravam e oprimiam. Apesar de unitário tematicamente, esse capítulo pode ser dividido em três partes: 1ª) v. 1-21; 2ª) v. 22-39; 3ª) v. 40-42, que correspondem a momentos diferentes. A segunda parte, da qual é tirado o Evangelho desta liturgia, apresenta Jesus no templo de Jerusalém, durante uma festa da Dedicção (Jo 10,22). Na ocasião, ele fora interrogado pelos judeus se era mesmo o Cristo, ou seja, o Messias (Jo 10,24).

À pergunta dos judeus, Jesus não responde com um simples “sim”, mas com argumentos que revelam sua identidade de Messias e autêntico pastor. O texto deste domingo é parte dessa resposta. O texto mostra elementos importantes da qualidade do pastoreio de Jesus e fornece os critérios básicos de pertença ao seu rebanho. Isso é evidenciado logo no primeiro versículo, no qual Jesus fala de sua relação com as ovelhas com base em três verbos fundamentais: escutar, conhecer e seguir (v. 27). Escutar significa dar plena adesão aos seus ensinamentos. Conhecer alguém, na linguagem bíblica, quer dizer amar profundamente, ter intimidade. Por sua vez, seguir, consequência direta da escuta, significa, acima de tudo, assimilar seu estilo de vida, assumindo as mesmas causas e fazendo as mesmas opções que Jesus.

Quem vive a experiência de relacionar-se com Jesus, segundo a dinâmica do escutar-conhecer-seguir, recebe a vida eterna e a garantia de comunhão com ele e com o Pai (v. 28-29). A vida eterna não é uma projeção de futuro, mas começa desde agora. É a condução da existência segundo os valores do Evangelho. É uma vida tão plena e cheia de sentido, que

nem a morte pode destruí-la. Quem recebe essa vida pertence definitivamente a Jesus e é protegido pela sua mão e pela mão do Pai. A mão, na linguagem bíblica, é imagem do poder protetor de Deus, da sua força e dos seus cuidados paternos e maternos (Os 11,3; Dt 33,3; Is 43,13; 49,2; Sl 31,6; 95,4; Sb 3,1; Dn 5,23). Essa proteção, no entanto, não significa imunidade a dificuldades e perseguições; é, acima de tudo, comunhão com Jesus e o Pai.

A relação de Jesus com as ovelhas é reflexo de sua intimidade com o Pai (v. 30). Por isso, seu pastoreio é tão autêntico e único, ao contrário dos chefes religiosos de Jerusalém, que exerciam a liderança por meio da dominação e exploração, gerando medo nas pessoas. Com Jesus, a relação é transparente, livre e recíproca. Ele é um pastor companheiro, por isso é capaz de dar a vida pelas ovelhas, que são seus discípulos e discípulas de todos os tempos.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Mostrar a unidade entre os textos, sobretudo a segunda leitura e o Evangelho: a identidade de Jesus como Cordeiro e Pastor, ao mesmo tempo, favorece sua relação com as ovelhas, que são todos os membros da comunidade. Sendo também Cordeiro, ele conhece perfeitamente a condição humana e a situação de cada pessoa em particular. Por isso, podemos confiar nele e contar com sua presença na jornada da vida. Motivar a comunidade a rezar pelas vocações e pelas pessoas que já exercem função pastoral na comunidade, seja como ministro ordenado ou no estado laical.

5º DOMINGO DA PÁSCOA

18 de maio

Páscoa: o tempo das novidades de Deus

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tempo pascal é caracterizado pelas novidades do agir de Deus na história, cujo ápice

é a ressurreição de Cristo, e a liturgia deste domingo é boa demonstração disso. De fato, todas as leituras recordam grandes novidades do projeto libertador de Deus para a humanidade, seja como realidade, seja como projeto, mostrando assim que ele age sempre de maneira nova e surpreendente, mesmo quando cumpre promessas antigas. Na primeira leitura, as principais novidades apresentadas são a nova forma de organização das comunidades, com a designação de lideranças locais – os presbíteros – para manter acesa a evangelização, garantindo continuidade à missão dos apóstolos e o acesso dos pagãos à salvação, com a abertura da porta da fé também para eles. Na segunda, o próprio Deus se apresenta como artífice de novidades: ele faz novas todas as coisas. Prova disso é a nova Jerusalém que desce do céu, como imagem do mundo novo, sem dores nem males, com o estabelecimento de sua morada em meio à humanidade. No Evangelho, a grande novidade é o amor como mandamento, à maneira de Jesus, e como elemento distintivo da identidade cristã no mundo.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 14,21b-27)

A leitura relata a conclusão da primeira viagem missionária de Paulo, acompanhado de Barnabé (At 13,1-14,28). Nessa viagem, os dois missionários realizaram intensa atividade apostólica, percorrendo várias cidades e anunciando corajosamente o Evangelho, não obstante as perseguições. O resultado foi o surgimento de diversas comunidades, consolidando a expansão da Palavra em direção aos confins da terra, conforme o mandato do Ressuscitado (At 1,8). A postura dos dois missionários constitui verdadeiro paradigma para a missão da Igreja em todos os tempos.

Antes de retornar para a comunidade que os tinha enviado – Antioquia da Síria –, eles resolvem fazer nova visita às comunidades recém-fundadas (v. 21), a fim de animar e encorajar

os novos discípulos a perseverar na fé, tendo em vista as tribulações pelas quais devem passar para entrar no Reino de Deus (v. 22). Trata-se de atitude muito importante, que revela o afeto e a preocupação dos apóstolos com a perseverança das comunidades. Com efeito, o Evangelho é dom que precisa ser cultivado para poder gerar frutos. Daí o cuidado dos missionários com o futuro das comunidades. Por isso, designaram presbíteros em cada comunidade (v. 23), ou seja, formaram lideranças locais para garantir a continuidade da missão. Sem dúvida, essa é uma das grandes novidades que o texto apresenta. Sem essa iniciativa, dificilmente as comunidades perseverariam na fé, pois os apóstolos não podiam permanecer para sempre numa comunidade.

Além de animar as comunidades já formadas, os missionários aproveitam a viagem de volta para continuar anunciando a Palavra (v. 24-25). Ao chegar à cidade de onde tinham partido em missão – Antioquia da Síria (v. 26) –, reuniram a comunidade para contar tudo o que Deus tinha operado por meio deles (v. 27a). Este também é detalhe de grande importância: os missionários devem ter consciência de ser instrumentos de Deus, o verdadeiro autor da missão. Logo, o êxito da missão não é resultado de méritos humanos, e sim da obediência e fidelidade aos propósitos de Deus. Ao fazer um balanço da missão, eles contam outra grande novidade: também aos pagãos Deus abriu a porta da fé (v. 27b). Desse modo, eles declaram a universalidade da salvação, comprometendo a Igreja nascente a anunciar o Evangelho a todas as pessoas, indistintamente, inundando o mundo do amor de Jesus, para torná-lo mais justo e fraterno.

2. II leitura (Ap 21,1-5a)

A segunda leitura ainda é tirada do livro do Apocalipse, precisamente da última seção narrativa (19,11-22,5), correspondente ao último conjunto de visões do profeta autor. Tendo já descrito as impressionantes lutas entre o bem

A RESSURREIÇÃO DO FILHO DE DEUS

N.T. Wright



A obra explica a ressurreição a partir da história e da teologia. Confirma a identidade de Jesus como Messias e Filho de Deus e desafia a visão tradicional sobre a vida eterna.



**ADQUIRA
JÁ**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

e o mal, com a vitória definitiva de Deus e seu Cordeiro, fazendo uso intenso de imagens e símbolos, como é próprio do gênero literário apocalíptico, o autor dedica a parte final do livro às visões do novo céu e da nova terra, e da nova Jerusalém, como destino da humanidade e ápice da história da salvação. O trecho lido neste domingo faz parte desse contexto.

O texto começa com uma visão esplêndida: o profeta contempla um novo céu e uma nova terra (v. 1a), imagem do mundo novo. Isso significa que o mundo velho desapareceu e o mal, representado pelo mar, foi vencido (v. 1b). Trata-se de imagem bastante consoladora, capaz de infundir esperança e coragem aos destinatários que viviam um momento turbulento, devido às perseguições. Embora já fosse previsto pelos antigos profetas (Is 65,17; 66,22), o anúncio de um mundo novo é sempre uma novidade, sobretudo para quem espera por libertação, vivendo sob o jugo do mundo velho, marcado pela opressão e pela injustiça, como viviam os membros das comunidades destinatárias do Apocalipse. A sequência do texto torna a mensagem ainda mais clara e animadora, com a descrição da nova Jerusalém que desce do céu (v. 2), tornando-se a morada de Deus em meio à humanidade, estabelecendo com esta uma relação de comunhão plena (v. 3). O resultado dessa relação é a superação definitiva da morte com suas consequências: luto, choro e dor. Já não haverá sofrimento, porque o próprio Deus vai enxugar as lágrimas do seu povo (v. 4). Somente um Deus capaz de fazer novas todas as coisas pode tornar-se assim tão próximo e companheiro da humanidade (v. 5).

O mundo novo, contemplado pelo profeta, já está em construção, mesmo que os sinais ainda sejam acanhados; o ponto de partida foi a ressurreição de Jesus. A humanidade inteira é chamada a colaborar nessa construção, o que se faz assimilando e vivendo o mandamento do amor, à maneira de Jesus.

3. Evangelho (Jo 13,31-33a.34-35)

Ambientada em Jerusalém, no cenáculo, a última ceia de Jesus com seus discípulos é o episódio mais longo do Quarto Evangelho, ocupando um total de cinco capítulos (Jo 13-17). Nesse amplo espaço narrativo, o evangelista não se limita a descrever uma refeição, mas aproveita para apresentar os mais profundos ensinamentos de Jesus, com as últimas recomendações aos seus discípulos. Àquela altura, certamente, todos eles já tinham consciência de que a vida terrena do Mestre estava terminando. Logo, o clima era de despedida. Jesus, porém, não permitiu que, apesar de dramático, o momento fosse dominado pela tristeza; afinal, ele tinha plena convicção da ressurreição. Por isso, quis transmitir coragem e esperança aos discípulos, por meio de longo discurso de despedida, em forma de testamento (Jo 13,31-16,33).

Inserido no contexto acima exposto, o Evangelho desta liturgia traz dois temas muito importantes: a glorificação de Jesus e de Deus nele (v. 31-32), e o novo mandamento do amor (v. 34-35), a novidade maior. Contudo, o tema da glorificação também constitui uma novidade, sobretudo pela maneira paradoxal como é apresentado. A proximidade da morte de Jesus é indicada pela saída de Judas do cenáculo (v. 31a). O próprio Jesus tem consciência disso, pois logo anuncia que é chegada a hora de ser glorificado junto com Deus (v. 31b). O fato é que, no Antigo Testamento, a glória de Deus se manifestava por meio de acontecimentos impressionantes e fenômenos da natureza, como fogo, tempestades e nuvens. Aqui, Jesus ensina que é na sua morte que ele e Deus são glorificados (v. 32); associar a morte à glória é, sem dúvida, grande novidade. Na verdade, toda a vida de Jesus foi contínua manifestação da glória de Deus, sobretudo pela sua maneira de amar sem limites. E a morte na cruz é a confirmação disso, sobretudo no Evangelho de João.

Numa surpreendente demonstração de afeto, Jesus chama seus discípulos de “filhinhos”,

confirmando ser o pleno revelador de Deus, o Pai (v. 33a). Sua relação íntima com o Pai o autoriza a promulgar um mandamento completamente novo, que é a maior novidade de todo o seu ensinamento: o amor à sua maneira (v. 34). É claro que o amor – a Deus e ao próximo – já estava previsto na antiga Lei (Dt 6,4-5; Lv 19,38), mas não desse modo. Ele ordena aos seus discípulos que se amem uns aos outros, estabelecendo seu próprio amor como parâmetro (v. 34). Trata-se de grande novidade, a ponto de tornar-se o único critério de pertença ao seu discipulado (v. 35). É também grande responsabilidade, pois a vivência recíproca desse amor é que caracteriza uma comunidade como pertencente a Jesus e manifesta a presença do Ressuscitado em seu meio. Portanto, somente o amor é suficiente para alguém ser reconhecido como discípulo ou discípula de Jesus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Explicar bem as leituras, de maneira contextualizada e atualizada; com base nelas, recordar que o agir de Deus é sempre surpreendente, marcado por novidades. Mostrar que, mais do que um evento, a Páscoa é tempo propício para descobrir coisas novas e ressignificar coisas antigas. Agradecer a Deus pela vida das pessoas que exercem liderança nas comunidades e motivar todos a empenhar-se na vivência do mandamento do amor, assim contribuindo para a construção de um mundo melhor, mais humanizado, solidário e fraterno.

6º DOMINGO DA PÁSCOA

25 de maio

Virá o Defensor, o Espírito Santo

I. INTRODUÇÃO GERAL

Esta liturgia já prepara as festas da Ascensão e de Pentecostes, simultaneamente, ao destacar o papel do Espírito Santo e sua importância na vida da Igreja. No Evangelho, em clima

de despedida, Jesus anuncia aos discípulos, em forma de promessa, o envio do Espírito Santo pelo Pai, em seu nome, para ensinar e recordar tudo o que ele mesmo ensinou; também reforça o convite ao amor, tema principal do domingo passado, e promete sua paz. A primeira leitura já mostra o Espírito Santo em plena atuação, orientando as decisões da comunidade, ajudando a Igreja a manter-se alinhada ao projeto de Jesus e, assim, confirmando a eficácia da sua promessa. A segunda leitura apresenta a nova Jerusalém, a cidade santa que desce do céu com todo o seu esplendor; é a imagem do mundo novo, que corresponde à humanidade em sua plena realização. Participar da construção dessa cidade e habitar nela é fruto do Espírito Santo. O salmo recorda que o mundo inteiro é beneficiado pela obra libertadora de Deus.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 15,1-2.22-29)

O capítulo 15 dos Atos dos Apóstolos retrata um dos acontecimentos mais importantes e tensos da Igreja nascente, conforme a dinâmica narrativa e teológica do livro (At 15,1-35). Trata-se da assembleia dos apóstolos e demais lideranças, para decidir se os convertidos do paganismo deveriam se submeter ou não às prescrições da Lei mosaica, principalmente à circuncisão, para ter acesso à salvação. Esse encontro ficou conhecido como o “Concílio de Jerusalém”. O autor dos Atos superdimensionou os fatos, mas a repercussão na carta de Paulo aos Gálatas atesta a historicidade e a importância do evento (Gl 2,1-10). A leitura deste domingo mostra apenas o motivo da reunião (v. 1-2) e a resolução conclusiva (v. 22-29).

O problema foi gerado porque um grupo de cristãos de origem judaica, chamados de “judai-zantes”, se dirigiu à comunidade de Antioquia e lá ensinava que os cristãos de origem pagã não poderiam se salvar se não fossem circuncidados (v. 1), contrariando o ensinamento de Paulo

e Barnabé, que pregavam como indispensável à salvação apenas a fé em Jesus Cristo, com todas as suas implicâncias éticas e morais, obviamente. Com efeito, a exigência da circuncisão para a salvação significava a negação da eficácia da fé em Jesus Cristo, além de um retrocesso cultural. O conflito tornou-se inevitável. Diante da crise gerada, Paulo, Barnabé e outros foram a Jerusalém para tratar a questão diretamente com os apóstolos e anciãos (v. 2).

A leitura salta os versículos correspondentes às discussões da assembleia (v. 6-21) e passa diretamente à conclusão, expressa em forma de carta (v. 22-29). Durante o encontro, foi discutido e deliberado que a fé em Jesus é suficiente para obter a salvação. Os participantes reconheceram que os ritos e preceitos da Lei judaica não são necessários à salvação e, portanto, não deveriam ser impostos aos convertidos do paganismo. Contudo, a fim de evitar constrangimentos e choque cultural, a carta enviada à comunidade de Antioquia, como conclusão da assembleia, faz recomendações práticas, relacionadas a algumas regras de pureza alimentar e uniões ilegítimas (v. 29), elementos muito caros à cultura judaica. Não se trata de obrigações, mas de sugestões.

A leitura mostra claramente que a Igreja já nasceu marcada pela diversidade cultural e pluralidade teológica. Na verdade, isso tem sido demonstrado desde o relato de Pentecostes (At 2,1-12). Por isso, os conflitos e tensões são inevitáveis, e a história tem mostrado isso. Os apóstolos chegaram à melhor conclusão porque decidiram juntos com o Espírito Santo (v. 28). Isso significa que não há barreira cultural intransponível para o Evangelho quando os evangelizadores têm abertura ao Espírito Santo.

2. II leitura (Ap 21,10-14.22-23)

Concluindo a série de textos do Apocalipse escolhidos para este tempo pascal, a segunda leitura apresenta a segunda visão da nova Jerusalém, a cidade santa que desce do céu, como imagem do mundo novo, o destino da

humanidade, conforme o projeto libertador de Deus. Como é sabido, o livro do Apocalipse foi escrito com a finalidade de injetar fé e esperança nas comunidades perseguidas da Ásia Menor, no final do primeiro século. Nesse contexto, as imagens da nova Jerusalém são as que melhor exprimem essa finalidade, uma vez que apresentam o mundo já transformado, com a vitória definitiva do bem sobre o mal. Enfim, mostram o triunfo do amor, como resultado da ressurreição de Jesus, o Cordeiro, e da atuação do Espírito Santo na história.

A visão se dá numa alta montanha (v. 10), o lugar privilegiado para encontrar-se com Deus e ver as coisas segundo sua perspectiva. As contradições e adversidades do mundo presente, sobretudo em contextos de perseguição, como viviam as comunidades destinatárias do livro, podem facilmente levar ao desânimo. Assim, para aspirar a um mundo novo, lutar para sua construção e contemplar sua realização, é essencial manter vivas a fé e a esperança, o que só se faz com abertura ao Espírito Santo, dom de Deus e do seu Cordeiro. E foi isso o que fez o profeta autor do livro. Do alto da montanha, ele contemplou o mundo como Deus quer: uma cidade perfeita, repleta de luz e esplendor (v. 11), protegida por uma alta muralha (v. 12), construída sobre sólidos alicerces (v. 14). Os nomes das doze tribos de Israel e dos apóstolos do Cordeiro, inscritos nas portas e nos alicerces, significam que essa cidade corresponde à realização das promessas de Deus. As portas abertas para todas as direções (v. 13) significam inclusão e acolhida a todos os povos e culturas.

A ausência do templo na cidade (v. 22) significa Deus habitando em cada pessoa, sem a necessidade de um sistema religioso mediador. Num mundo assim, nem o sol nem a lua terão mais motivos para existir (v. 23), pois tudo será iluminado pela glória de Deus e do Cordeiro.

3. Evangelho (Jo 14,23-29)

O Evangelho continua ambientado no cenáculo, em Jerusalém, durante a última ceia

de Jesus com seus discípulos. Ainda faz parte daquele amplo discurso de despedida, convencionalmente chamado de “testamento de Jesus” (Jo 13,31-16,33). Nesse discurso, que é intercalado pela intervenção de alguns discípulos, Jesus mostra o que é essencial em sua mensagem e como a comunidade deve continuar experimentando sua presença, mesmo após seu retorno ao mundo do Pai. Conforme a dinâmica interna do discurso, o trecho lido neste dia é a resposta de Jesus a um de seus discípulos, que lhe tinha perguntado por que se manifestava apenas a eles e não ao mundo (Jo 13,22). A resposta é altamente comprometedora, pois indica que manifestá-lo ao mundo é a missão da comunidade cristã.

A condição essencial para a comunidade viver em perene comunhão com Jesus e com o Pai é a vivência do amor e a obediência à sua Palavra (v. 23-25). Por Palavra, aqui, compreende-se todo o conjunto dos seus ensinamentos, incluindo seu jeito de viver. Tal vivência só é possível tendo o amor como princípio motivador. Quando alguém ama e vive os ensinamentos de Jesus, torna-se morada dele e do seu Pai e, por conseguinte, manifesta sua presença no mundo. Para garantir que a comunidade permaneça em sintonia com sua Palavra, que é a mesma do Pai, Jesus anuncia o envio do Espírito Santo, como outro Defensor (v. 26a). João é o único autor do Novo Testamento a atribuir esse papel ao Espírito Santo, mediante o uso do termo grego *parákleto*, que pode ser traduzido também como consolador, advogado ou assistente (Jo 14,16.26; 15,26; 16,7).

Na promessa de envio do Espírito Santo, são-lhe atribuídas e garantidas duas funções bem concretas, intrinsecamente relacionadas e essenciais para a comunidade: ensinar e recordar (v. 26b). Na Bíblia, o verbo “recordar” não significa simplesmente lembrar algo do passado, mas também tornar vivo e presente o objeto da recordação, o qual, neste caso, é o conjunto dos ensinamentos de Jesus. Por isso, somente com a assistência do Espírito Santo a comunidade

poderá manter a mensagem de Jesus sempre atual, o que torna sua presença viva e atuante. Quanto à função de ensinar, obviamente não se trata de acrescentar coisas novas aos ensinamentos de Jesus, pois ele já ensinou tudo, mas de atualizar seu ensinamento e interpretá-lo corretamente, conforme as necessidades das pessoas e as circunstâncias sócio-históricas.

Diante disso, fica evidente que a iminente partida de Jesus não acarretará ausência, mas eterna presença no meio da comunidade, tanto pela vivência do amor quanto pela acolhida do Espírito Santo. Por isso, a fim de dar ainda mais certeza da sua presença e assistência perene, ele antecipa na ceia seu primeiro dom de Ressuscitado: a paz (v. 27). A paz de Jesus, porém, não é tranquilidade passageira ou simples ausência de conflito: é força de vida. Por isso, os discípulos devem ficar alegres por possuí-la, pois também ela é manifestação sua no mundo e demonstração de que sua partida não significa ausência (v. 28), mas plenitude da sua presença.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Apontar a mensagem central de cada leitura, mostrando o que as une. É importante recordar a promessa do Espírito Santo (Evangelho) e seu agir concreto na vida da comunidade (primeira leitura). Cada cristão/a é morada de Deus e, por isso, deve manifestá-lo ao mundo mediante o jeito de viver, o que só se faz amando. Quando se vive à maneira de Jesus, deixando-se conduzir pela sua palavra e pelo Espírito Santo, experimenta-se a nova Jerusalém ainda neste mundo (segunda leitura).

ASCENSÃO DO SENHOR

1º de junho

Da missão de Jesus à missão da Igreja

I. INTRODUÇÃO GERAL

A solenidade da Ascensão completa o sentido da Páscoa, pois indica o destino do

Ressuscitado: ele retornou ao mundo do Pai e confiou à Igreja a continuidade do seu projeto de libertação. Neste ano litúrgico C, temos a oportunidade de ler o relato da ascensão duas vezes: na primeira leitura e no Evangelho, textos escritos pelo mesmo autor – Lucas –, embora com perspectivas diferentes, apesar de complementares. No Evangelho, o objetivo do relato é recordar o cumprimento da missão terrena de Jesus, mostrando a ascensão como meta. Na primeira leitura, a finalidade é mostrar o início da missão da Igreja e sua continuidade com a de Jesus, o que faz da ascensão um ponto de partida. Em forma de hino, a segunda leitura apresenta a realidade celebrada na ascensão como manifestação do poder de Deus, que fez o Cristo sentar-se à sua direita nos céus, constituído Senhor do universo e cabeça da Igreja. A Igreja celebra este domingo também como o Dia Mundial das Comunicações Sociais, ocasião especial para rezar por todas as pessoas que trabalham no mundo da comunicação e recordar o compromisso com a verdade como princípio de todo ato comunicativo.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 1,1-11)

A primeira leitura é o início do livro dos Atos dos Apóstolos, que, junto com o Evangelho de Lucas, forma uma única obra em dois volumes. Embora já estejamos bastante familiarizados com esse livro, uma vez que sua leitura vem sendo feita desde a Vigília Pascal, somente neste domingo, já quase na conclusão do tempo pascal, temos a oportunidade de ler seu início. Assim como o Evangelho (Lc 1,3), trata-se de um escrito dedicado a Teófilo (v. 1), um personagem de identidade misteriosa, que divide a opinião dos estudiosos: para uns, era um homem ilustre e influente da administração romana, que foi iniciado no cristianismo, e Lucas quis aprofundá-lo na fé; para outros, é um personagem fictício,

proposto como paradigma para os leitores da obra, conforme a etimologia do nome Teófilo, que significa “amigo de Deus”.

O trecho relata os últimos momentos do Ressuscitado junto aos seus discípulos, antes de sua partida para o Pai, e a ascensão propriamente dita. É composto de duas partes: a primeira compreende o prólogo (v. 1-5), no qual Lucas sintetiza brevemente o conteúdo do seu Evangelho, recordando o ministério de Jesus, desde o início até as aparições pós-pascais, incluindo a promessa do Espírito Santo; a segunda corresponde ao relato mesmo da ascensão (v. 6-11), preparado pelo envio dos discípulos, que são encarregados de dar testemunho do Ressuscitado até os confins da terra.

O principal objetivo do autor é apresentar a missão dos discípulos como continuação da missão de Jesus. Para isso, emprega forte simbologia, a começar pela referência aos quarenta dias (v. 3), que significam, no judaísmo, o tempo necessário para a assimilação de um ensinamento importante; é o tempo suficiente para um discípulo aprender e repetir o que o mestre ensinou. Assim, é dito que todo o ensinamento da Igreja, desde as suas origens, deve estar em sintonia com o que Jesus mesmo ensinou. Quem garante essa continuidade é a força do Espírito Santo, como ele promete (v. 5.8). Isso exige dos discípulos de todos os tempos uma abertura universalista, incompatível com as pretensões nacionalistas que ainda alimentavam, ao almejavam a restauração do reino de Israel (v. 6), uma proposta reprovada com veemência por Jesus.

A descrição da ascensão enquanto elevação aos céus também é simbólica, inspirada provavelmente no relato do arrebatamento do profeta Elias (2Rs 2,9-15). A imagem da nuvem significa a presença de Deus (v. 9) e aqui expressa a comunhão profunda entre a divindade e a humanidade, proporcionada por Jesus na totalidade da sua pessoa. Os dois homens vestidos de branco (v. 10) são mensageiros divinos

que visam conscientizar os discípulos da missão recebida de transformar o mundo por meio do testemunho do Ressuscitado, o que exige grande responsabilidade. Por isso, não devem ficar parados, olhando para o céu (v. 11), mas devem estar empenhados em tornar realidade o projeto libertador de Jesus, vivendo como ele viveu e fazendo as mesmas opções que ele fez. Isso faz da ascensão uma festa comprometedora. Celebrá-la é olhar para o mundo, com seus dilemas, contradições, problemas e desafios concretos, e empenhar-se em transformá-lo à luz da mensagem libertadora de Jesus, até que ele retorne.

2. II leitura (Ef 1,17-23)

A carta aos Efésios, da qual é tirada a segunda leitura, é uma espécie de carta circular, dirigida a diversas comunidades da Ásia Menor. Apesar de atribuída a Paulo, sua autoria tem sido bastante discutida nos últimos anos. O importante, no entanto, é que ela exprime a mentalidade e o estilo de Paulo, mesmo que não tenha saído de sua própria pena. O trecho lido nesta liturgia expressa, em forma de oração, hino e confissão de fé, ao mesmo tempo, o que a primeira leitura afirma em forma de relato.

Na primeira parte (v. 17-19), o autor pede a Deus, o Pai, um espírito de sabedoria que faça os cristãos conhecerem cada vez mais seu mistério, quer dizer, o agir de Deus no mundo. Pede também abertura de coração para que conheçam e possam contemplar a glória de Deus, e saibam que a mesma força e potência manifestadas em Jesus Cristo estão à disposição de todos os que creem nele. Isso significa que também nós somos herdeiros do céu, ou seja, temos a glória como destino.

Na segunda parte (v. 20-23), o autor reafirma a manifestação da força e do poder de Deus em Cristo, unindo a ressurreição e a ascensão como componentes de um mesmo mistério: “o ressuscitou dos mortos e o fez sentar-se à sua direita nos céus” (v. 20). Assim,

ele reconhece que a soberania de Cristo transcende o tempo e o espaço (v. 21), pois tudo o que pertence ao Pai lhe foi submetido, constituindo-o Cabeça da Igreja. Como membros do corpo que é a Igreja, os cristãos também estão destinados à mesma glória da qual já goza a Cabeça, Cristo. Isso é o que mais carrega esta solenidade de alegria e esperança.

3. Evangelho (Lc 24,46-53)

O Evangelho compreende os últimos versículos do Evangelho de Lucas, que constitui uma única obra com os Atos dos Apóstolos, cujo elemento de transição é exatamente o relato da ascensão. Esse relato funciona como uma dobradiça, unindo duas partes diferentes, porém inseparáveis. Incomparável na criatividade literária, o evangelista Lucas consegue narrar o mesmo evento duas vezes sem parecer monótono nem repetitivo. No relato do Evangelho, a ascensão acontece no dia mesmo da ressurreição, e não quarenta dias depois, como em Atos. A aparente contradição faz parte dos objetivos traçados para cada volume de sua obra. No Evangelho, a ascensão tem a função de marcar a conclusão da missão terrena de Jesus; já em Atos, tem o propósito de preparar a missão da Igreja e mostrá-la em continuidade com a do seu Mestre.

O texto começa com a continuação das palavras do Ressuscitado em sua manifestação aos discípulos reunidos em Jerusalém (Lc 24,36-49), após o episódio do caminho de Emaús (Lc 24,13-35). Na ocasião, ele transmitiu-lhes a paz (v. 36), mostrou-lhes as marcas da cruz, demonstrando que o Ressuscitado e o Crucificado são um só (v. 39), comeu um pedaço de peixe (v. 43) e logo começou a dar-lhes as últimas instruções, explicando as Escrituras (v. 44-49). Na linguagem do Novo Testamento, as Escrituras significam o conjunto literário que hoje chamamos de Antigo Testamento. Em sua explicação, Jesus se apresenta como o verdadeiro cumprimento das Escrituras, partindo de uma visão

global, sem prender-se a citações específicas. Assim, ele mostra que, do começo ao fim, as Escrituras apontam para sua vida e missão, cujo ápice é o mistério da paixão, morte e ressurreição, e é nesse ponto que começa o Evangelho deste dia (v. 46).

Na medida em que as Escrituras respaldam a missão de Jesus, delas emerge também a missão da Igreja, que consiste no anúncio e no testemunho (v. 47–48). A razão primordial da missão da Igreja é oferecer a reconciliação a todos os povos, sem distinção, humanizando-os. Nada de proselitismos nem doutrinação. A primeira obrigação da comunidade é oferecer ao mundo o amor misericordioso de Deus, fonte de conversão e perdão, como Jesus fez em seu curto ministério, e Lucas fez disso o tema central de seu Evangelho. A missão da Igreja consiste, portanto, em continuar na história a missão de Jesus, oferecendo os frutos da Páscoa a todos os povos. Para cumpri-la, é necessária a força do Alto, o Espírito Santo, como ele promete (v. 49). Com efeito, o próprio Jesus só iniciou sua vida pública após o batismo, quando desceu sobre ele o Espírito Santo (Lc 3,22); ao pregar pela primeira vez na sinagoga de Nazaré, ele declarou estar revestido do Espírito Santo e, por isso, autorizado para anunciar a libertação dos pobres (Lc 4,18). Sem o Espírito Santo, portanto, não haveria missão. Por isso, os discípulos devem esperar seu envio, como Lucas ilustrará tão bem com a narrativa de Pentecostes (At 2,1–13).

Depois de dar as últimas instruções aos discípulos, o Ressuscitado os põe novamente em movimento, levando-os para perto de Betânia (v. 50). Com isso, ele refaz o caminho da entrada triunfante em Jerusalém, mas em sentido contrário. De fato, quando veio da Galileia para viver a paixão, ele parou perto de Betânia para solicitar o jumentinho e ali iniciar a grande marcha de entrada na cidade (Lc 19,29–30). Assim, Jesus entra na glória no mesmo lugar de onde tinha partido para a cruz. E seu último gesto, diante

dos discípulos, é conferir a bênção (v. 51). Na linguagem bíblica, a bênção é realidade performativa, que transmite a essência daquele que abençoa. Abençoados, os discípulos irão irradiar essa bênção por todo o mundo.

Fortalecidos pela bênção e convictos da missão, os discípulos adoram Jesus e voltam para Jerusalém com grande alegria (v. 52), uma característica marcante do Evangelho de Lucas, desde o anúncio do anjo a Maria (1,47), passando pelos pastores e pelos anjos (2,8–20), até a conclusão. Os discípulos já não sentem medo. Estão dispostos a assumir os desafios e as consequências da missão e serão habilitados para isso pelo Espírito Santo. Essa alegria brota da fé e da certeza de que, de agora em diante, a presença do Ressuscitado será ainda mais eficaz.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Antes de tudo, é importante recordar que a ascensão de Jesus não implica ausência. Antes, é condição para uma presença mais plena, já não condicionada às circunstâncias de tempo e espaço. Cabe à Igreja continuar sua missão, mediante o testemunho, animada pelo Espírito Santo. As leituras mostram muito bem isso; portanto, é importante explicá-las bem e relacioná-las entre si, evidenciando a esperança que suscitam na vida cristã de hoje. Recordar o Dia Mundial das Comunicações Sociais e rezar pelos profissionais da comunicação, para que se mantenham fiéis aos princípios éticos e ao compromisso com a verdade.

PENTECOSTES

8 de junho

Como prometido, o Espírito Santo é derramado sobre o mundo

I. INTRODUÇÃO GERAL

Com esta solenidade, a Igreja celebra a plenitude de todo o mistério pascal: o envio do

Espírito Santo – dom maior do Ressuscitado, em comunhão com o Pai – sobre a comunidade dos discípulos reunidos em Jerusalém, no dia de Pentecostes, como embrião da Igreja, hoje presente no mundo inteiro. Essa celebração foi amplamente preparada ao longo de todo o tempo da Páscoa, sobretudo pela liturgia dos dois últimos domingos, quando o Espírito Santo foi apresentado, em forma de promessa, como Defensor (6º domingo) e força do Alto (Ascensão). O que celebramos nesta solenidade, portanto, é o pleno cumprimento dessa promessa, como tão bem retrata a liturgia da Palavra. É importante recordar que os autores do Novo Testamento situaram esse evento na história em diferentes perspectivas, de acordo com as necessidades concretas de suas comunidades e suas respectivas linhas teológicas. Lucas, o autor dos Atos dos Apóstolos, narrou-o em forma de teofania, seguindo modelos do Antigo Testamento, e situou-o no dia da antiga festa judaica de Pentecostes, quando os judeus celebravam a entrega da Lei de Deus a Moisés, cinquenta dias após a Páscoa, conforme o relato da primeira leitura. Para o autor do Quarto Evangelho, o Espírito Santo foi comunicado aos discípulos no dia mesmo da ressurreição, como mostra o texto do Evangelho. Paulo, de sua parte, em vez de narrar o envio do Espírito Santo como um evento, opta por falar dos seus efeitos concretos na vida da comunidade: gerar unidade na diversidade, tendo em vista o bem comum, como se vê na segunda leitura.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 2,1-11)

Pentecostes era uma das grandes festas judaicas, junto com a Páscoa e a festa das Tendras. Inicialmente, era chamada de festa das Semanas, por ser celebrada sete semanas após a Páscoa. A partir da dominação grega, recebeu o nome de Pentecostes (Tb 2,1; 2Mc 12,32), cujo significado literal é “quinquagésimo dia”,

O EVANGELHO DE SÃO MATEUS

COMENTÁRIO
SOCIOPOLÍTICO E
RELIGIOSO A PARTIR
DAS MARGENS

Warren Carter



O livro apresenta o Evangelho de Mateus como uma contranarrativa de resistência e esperança. Escrito para uma comunidade que enfrentava o poder romano e o controle da sinagoga, o texto resiste às estruturas culturais da época.



**ADQUIRA
JÁ**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

o que equivale à soma das sete semanas mais um dia. Daí o sentido de plenitude, pois o número sete evoca perfeição e, multiplicado por ele mesmo, resulta em totalidade, inteireza. Como quase todas as festas judaicas, também Pentecostes tem suas origens ligadas à vida agrícola. Era a festa da colheita e, para sua celebração, os peregrinos iam até Jerusalém levando como ofertas os melhores grãos e frutos da terra, como sinal de gratidão a Deus. Com o passar do tempo, perdeu sua relação com a agricultura, ganhando novo sentido: os judeus passaram a celebrá-la como recordação do dom da Lei a Moisés e a constituição do povo de Deus ao redor do Sinai. Na época do Novo Testamento, esse novo sentido já estava consolidado.

Como artifício literário, Lucas, autor do livro dos Atos dos Apóstolos, serve-se desse contexto, fazendo coincidir, em seu relato, o envio do Espírito Santo aos discípulos com a festa judaica de Pentecostes (v. 1). Por ocasião da festa, a cidade de Jerusalém estava repleta de judeus peregrinos de todo o mundo (v. 5.9-11), que tinham ido agradecer o dom da Lei. Assim, Lucas ensina que o Espírito Santo é a nova Lei. Para permanecer fiel a Jesus, a comunidade cristã já não necessita observar os preceitos da Lei mosaica, mas deve apenas estar aberta e sensível ao Espírito Santo, o dom do Ressuscitado por excelência. Para ilustrar ainda mais essa relação, o relato é construído com elementos semelhantes aos da teofania do Sinai, como o vento e o fogo (v. 2-3; Ex 19,16-19).

Ao contrário da Lei, destinada a um único povo, o Espírito Santo é acessível a todos os povos da terra, facilitando a comunicação e a comunhão, ao invés de separação. Por isso, o primeiro efeito do Espírito Santo é a compreensão recíproca: cada um se expressa do seu modo, sem negar os traços da sua cultura (v. 4), e é compreendido e respeitado pelo outro da maneira que é (v. 5). Isso é o advento de um novo mundo, com a superação de todas as barreiras que impedem a

compreensão e a convivência fraterna entre os povos. A referência a “outras línguas” (v. 5), aqui, não é ao fenômeno carismático da glossolalia, mas à diversidade de idiomas e culturas representadas em Jerusalém (v. 9-11).

Enquanto o evento do Sinai deu origem a um único povo, a cena descrita por Lucas em Pentecostes marca o início da unidade entre todos os povos da terra, congregados pelo Espírito Santo para levar adiante o projeto libertador de Jesus Cristo.

2. II leitura (1Cor 12,3b-7.12-13)

A comunidade de Corinto era reconhecida pelo fervor espiritual e pela riqueza de dons – carismas – que possuía. No entanto, havia sérios problemas internos, com muitas divisões, conflitos e rivalidades entre seus membros, exatamente porque tinham dificuldades de pôr os dons recebidos a serviço de todos. Isso gerou muitas preocupações e até desgostos em Paulo, que a amava com um amor semelhante ao de um pai e de uma mãe, uma vez que foi ele quem a fez nascer para a fé em Jesus Cristo. No pequeno trecho da sua primeira carta dirigida à comunidade, empregado como segunda leitura neste dia, ele chama a atenção dos seus membros para os efeitos concretos do Espírito Santo, que é fonte de todos os dons e, por consequência, princípio de unidade.

Como primeiro efeito do Espírito Santo, Paulo aponta o reconhecimento de Jesus como Senhor (v. 3b). Trata-se de dado fundamental, pois quer dizer que a fé em si já é um dom e, portanto, o Espírito Santo está em todos os membros da comunidade, e não apenas naqueles que foram contemplados com carismas especiais, como alguns consideravam. Daí deriva a certeza de que é um só o Espírito que opera na comunidade, gerando uma diversidade de dons e ministérios (v. 4-6) em vista do bem comum (v. 7). De fato, a maioria dos conflitos na comunidade tinham surgido porque os detentores de dons e carismas especiais se consideravam superiores aos demais

membros, usando o que tinham recebido na gratuidade do Espírito para o proveito pessoal, alimentando vaidades, despertando rivalidades, quando na verdade deveriam estar a serviço da unidade e da edificação de todos.

Na imagem do corpo com seus vários membros, Paulo encontra a melhor representação de uma comunidade, com sua pluralidade de dons, carismas e ministérios (v. 12). Com isso, ele exorta os cristãos de Corinto e os de todos os lugares, em todos os tempos, a viver a unidade na diversidade (v. 13). Quando uma comunidade alimenta divisões, espírito de competição e vaidades, está se fechando ao Espírito Santo e, consequentemente, desvinculando-se de Jesus Cristo.

3. Evangelho (Jo 20,19-23)

João situa a efusão do Espírito Santo pelo Ressuscitado em seus discípulos no mesmo dia da ressurreição, o primeiro dia da semana (v. 19), como mostra o Evangelho desta solenidade, um texto que já foi lido no 2º domingo da Páscoa em uma versão mais longa. Embora a Igreja tenha apreciado mais o esquema de Lucas (primeira leitura), a perspectiva de João parece ter maior sentido. Amedrontada e sem poder de ação, a comunidade dos discípulos necessitava com urgência da força do Espírito para abrir suas portas e, vencendo o medo, iniciar a missão de reconciliar a humanidade consigo mesma e com Deus, conforme o mandato do Ressuscitado.

Embora curto, o texto é muito rico. Começa com um dado que evidencia a necessidade do Espírito, o outro Defensor prometido por Jesus: os discípulos estavam reunidos com portas fechadas, com medo dos judeus (v. 19). O termo “judeus”, aqui, não significa o povo em si, mas as autoridades responsáveis pela execução de Jesus. É inegável que os discípulos estavam em crise e a continuidade do projeto libertador de Jesus estava em risco. Por isso, o Ressuscitado se manifestou no meio deles e deu-lhes sua paz, dom que, nesse contexto, significa a confiança

e a coragem, antídotos ao medo. Jesus comunica sua paz estando no meio dos discípulos, e isso significa que, para a Igreja viver os propósitos do Evangelho, é indispensável que no centro da sua existência esteja o Ressuscitado; a comunidade não pode ter outra referência que não seja ele. Por isso, ao se manifestar, o Ressuscitado aparece sempre no meio.

Após comunicar sua paz aos discípulos, Jesus mostrou as mãos e o lado (v. 20a), como sinal da continuidade entre o Ressuscitado e o Crucificado. Além dessa continuidade, as mãos e o lado são uma síntese da vida de Jesus: as mãos são sinais do serviço e de todo o bem que fez em favor da humanidade, enquanto o lado significa o coração com o qual amou os seus até o fim, a ponto de dar a vida por eles. Com isso, o evangelista diz que o Ressuscitado continua servindo e amando os seus, mas de uma maneira nova, já não condicionada às limitações de tempo e espaço, como antes. Dessa certeza brota a alegria dos discípulos (v. 20b).

Oferecendo novamente a paz, Jesus envia os discípulos com a mesma autoridade com que fora enviado pelo Pai (v. 21). Em seguida, confere o dom por excelência, o Espírito Santo (v. 22) – sem o qual o envio não teria sentido nem eficácia –, cumprindo sua maior promessa (Jo 14,16.26; 15,26). Junto com o Espírito prometido, a comunidade cristã recebe a missão de reconciliar a humanidade consigo mesma e com Deus, continuando, assim, a obra de Jesus. Por isso, os discípulos recebem a missão de perdoar pecados (v. 23). Esse mandato não significa que a Igreja tem poder para determinar se um pecado deve ser perdoado ou não, e sim que ela tem a responsabilidade de chegar a todos os lugares e comunicar o amor de Jesus. O que gera o perdão é o amor. Os pecados são perdoados à medida que o amor de Jesus se espalha por todos os lugares. Só há risco de permanecerem pecados sem perdão se os discípulos de Jesus forem omissos e deixarem de comunicar seu amor.

Credenciado por João Batista como aquele que tira o pecado do mundo (Jo 1,29), Jesus compartilha essa responsabilidade com a comunidade cristã. Para isso, é necessário deixar-se impulsionar pelo Espírito e amar sem medidas, a exemplo dele.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O sentido desta celebração ultrapassa o marco cronológico que delimita a conclusão do tempo pascal. Nela, temos a confirmação da fidelidade de Jesus aos seus seguidores de todos os tempos, também destinatários do seu Espírito, que sopra onde quer. Por isso, é importante explicar bem as leituras, contextualizá-las, mostrando que as diferentes perspectivas de cada autor não indicam contradição, mas já são demonstração da liberdade na maneira de atuar do Espírito Santo. A missão de continuar o projeto libertador de Jesus, confiada oficialmente à Igreja na ascensão, só pode ser cumprida com a assistência do Espírito Santo e a devida abertura às suas intuições. De fato, é o Espírito quem mantém a Igreja alinhada ao projeto de Jesus.

SANTÍSSIMA TRINDADE

15 de junho

O mistério e a beleza de um Deus comunidade de amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

Celebrada no primeiro domingo após Pentecostes, a solenidade da Santíssima Trindade recorda a comunhão de amor que une o Pai, o Filho e o Espírito Santo, as três divinas pessoas, que constituem um único Deus. Esse é o mistério central da nossa fé, do qual emanam todos os demais. No entanto, o fato de ser um mistério não significa que não possa ser explicado nem compreendido, e sim que nenhuma explicação humana é capaz de dizer tudo sobre ele. Portanto, as leituras desta festa não explicam a Santíssima Trindade, como

nenhum texto bíblico o faz, mas ensinam muita coisa sobre a identidade do Deus que é uno e trino, à luz do que se diz do seu agir em favor do mundo e da humanidade, sobretudo. A primeira descreve a maneira de Deus criar: ele não suporta a solidão, por isso, antes de criar o universo, criou a sabedoria, para continuar criando em sua companhia, divertindo-se ao lado dela. Na segunda, Paulo recorda que a vida cristã é toda revestida do agir trinitário, sobretudo pelo amor, motivo de esperança para os cristãos. No Evangelho, Jesus anuncia o envio do Espírito Santo, para capacitar seus discípulos na compreensão dos seus ensinamentos e de tudo que recebeu do Pai. Mediante o salmo, somos convidados a contemplar a beleza de Deus na criação, especialmente no ser humano, sua obra-prima.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Pr 8,22-31)

O livro dos Provérbios, do qual é tirada a primeira leitura, é o mais expressivo dos escritos sapienciais da Bíblia. É composto de várias coleções de máximas, provérbios e ditos populares, recolhidas da sabedoria popular de Israel em diferentes épocas. Possui também algumas seções poéticas e narrativas. Começou a ser composto ainda em época salomônica, no século X a.C., e foi concluído já no século III a.C., durante a dominação grega, perfazendo cerca de sete séculos de produção literária.

Apesar de estar localizada na primeira parte (cap. 1-9), a leitura pertence à última fase de composição do livro, quando a cultura grega exercia grande influência na juventude, o que era visto como ameaça para as tradições de Israel. Diante disso, preocupados com a educação das novas gerações, escribas e sábios judeus elaboraram grandes reflexões sobre a sabedoria judaica, apresentando-a como infinitamente superior à dos gregos. Vários escritos surgiram nesse contexto, como partes de Provérbios e os livros do Eclesiástico e da Sabedoria. A leitura faz parte

de um discurso poético em primeira pessoa (8,12-36), considerado o coração do livro, no qual a própria Sabedoria se apresenta como uma personagem, dando origem à ideia de Sabedoria personificada, pois é retratada como uma pessoa. Detentora da palavra, ela faz um elogio a si mesma, apresentando-se como a primeira das criaturas (v. 22) e atuando como uma espécie de assistente de Deus durante a criação, mas sem fazer qualquer interferência (v. 30).

Embora faça um autoelogio, o que a Sabedoria mais revela é a identidade de Deus, sobretudo seus atributos de criador. Ela se declara possuída por Deus como primícia, demonstrando ser muito querida por ele, criada antes de todas as coisas como modelo e inspiração para a criação inteira (v. 22-26). Enquanto Deus criava, ela estava ao seu lado (v. 27-30a) como uma criança que assiste ao seu pai em seu trabalho e o diverte, tornando o trabalho mais prazeroso e, por consequência, a obra mais bonita (v. 30b-31). Assim, ela revela os traços de um Deus criador e Pai, que se humaniza à medida que dá forma aos seus projetos, sentindo-se, com isso, plenamente realizado. Trata-se de um Deus que não suporta a solidão, mas vive de comunhão, pois, antes de tudo, criou a sabedoria para, em seguida, desenvolver seu programa criador já em companhia dela.

Diante disso, é possível ver na Sabedoria uma representação prefigurada tanto do Filho quanto do Espírito Santo. O que ela diz sobre Deus, ao falar de si mesma, é prefiguração do que Jesus, o Verbo encarnado, revelou e o Espírito Santo recorda perenemente. Contudo, ao estabelecer essa relação, deve-se recordar que, ao contrário da sabedoria, o Filho e o Espírito Santo não são criaturas, mas são Deus mesmo, possuem a mesma natureza daquele que é Criador e Pai.

2. II leitura (Rm 5,1-5)

A segunda leitura é tirada da carta aos Romanos, considerada a obra-prima do apóstolo Paulo. Além de ser a mais longa, é a mais

importante das suas cartas, devido à profundidade da reflexão teológica desenvolvida. Estima-se que foi escrita entre os anos 57 e 58 d.C., na cidade de Corinto, quando ele ainda não tinha sequer visitado Roma. No entanto, o apóstolo conhecia a comunidade de lá, pois recebia informações de seus colaboradores de missão e de lideranças locais, tanto por correspondência quanto por contato pessoal, pois a geografia e a infraestrutura do Império Romano favoreciam bastante a comunicação e a circulação de pessoas e ideias. Paulo se serviu dessa situação, utilizando-a em prol da evangelização mediante a constituição de verdadeira rede de comunidades, de modo que, mesmo sem estar presente em todas, conhecia as necessidades de cada uma.

O tema central da carta é a justificação pela fé em Jesus Cristo, em contraposição ao princípio de que a salvação dependia essencialmente do cumprimento das obras da Lei, como defendiam os grupos de tendência judaizante, infiltrados na comunidade. Desse modo, o trecho proclamado na liturgia deste dia pode ser considerado verdadeira síntese da obra. Nele, o autor reafirma solenemente o que foi desenvolvido nos capítulos anteriores – fomos justificados pela fé em Jesus Cristo (v. 1) – e apresenta as consequências imediatas dessa nova realidade, descrevendo a vida cristã em perspectiva trinitária. A fé em Jesus é o ponto de partida, e o primeiro fruto da justificação obtida pela sua mediação é a paz com Deus, o que gera confiança e esperança, pois indica uma condição de plena liberdade do ser humano (v. 2). Diante disso, as tribulações já não afetam a esperança, mas a fortalecem, ao prová-la, tornando-a mais constante e paciente (v. 3-4). De fato, quanto mais provada, mais forte a esperança se torna, por isso ela não decepciona (v. 5a).

Contudo, além das tribulações que a provam, o motivo principal da solidez da esperança é o derramamento do amor de Deus em nosso coração pelo Espírito Santo (v. 5). Com isso,

percebe-se que a vida do cristão é toda revestida do agir trinitário. As três divinas pessoas atuam juntas, deixando suas marcas no ser humano, aperfeiçoando continuamente a semelhança criadora. Ademais, como resposta ao agir trinitário em nós, também nos cabe viver trinitariamente, conduzindo nossa existência com fé, esperança e amor, as virtudes teologais que são reflexo da Trindade em nossa vida.

3. Evangelho (Jo 16,12-15)

Após dois domingos de alternância, o Evangelho volta a ser tirado do longo discurso de despedida de Jesus em João (Jo 13,31-16,33), chamado convencionalmente de “testamento de Jesus”, devido ao estilo literário e à relevância teológica que possui. Pertence ao contexto da última ceia, ambientada em Jerusalém. O evangelista aproveita a ocasião para apresentar verdadeira síntese e recapitulação dos elementos essenciais da mensagem de Jesus. Por isso, retrata-o ensinando e conferindo suas últimas recomendações aos discípulos, o que culmina no anúncio do envio do Espírito Santo, em comunhão com o Pai. Em forma de promessa, Jesus faz esse anúncio por cinco vezes (Jo 14,16-17; 14,26; 15,26; 16,7-8; 16,13) ao longo do discurso, o que ressalta a importância do Espírito Santo para a vida da comunidade cristã em todos os tempos. O trecho lido na liturgia contém o quinto e último anúncio.

Ao chegar à última ceia, Jesus tinha plena consciência do que estava para acontecer, sabia da sua morte iminente. Da mesma forma, tinha consciência de já ter ensinado tudo aos seus discípulos, dando-lhes a conhecer todo o seu programa e a essência da sua pessoa, incluindo sua intimidade com o Pai, a ponto de afirmar-lhes: “Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor, mas vos chamo de amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai vos dei a conhecer” (Jo 15,15). Por certo, ser discípulo de Jesus é entrar no seu círculo de intimidade mais

profunda, tornando-se seu amigo, assimilando seus ensinamentos e pondo-os em prática, configurando-se a ele no estilo de vida.

Contudo, Jesus sabia também que os discípulos ainda não tinham assimilado tudo; logo, não estavam prontos para continuar a missão confiada, após sua partida deste mundo para o Pai. Portanto, quando ele afirma que ainda tem muitas coisas a dizer (v. 12), não se refere a ensinamentos novos, mas à capacidade de compreensão dos discípulos. Até porque a chave para compreender e interpretar sua mensagem é o mistério da cruz e ressurreição, o que ainda não tinha acontecido. Diante disso, ele anuncia o envio do Espírito Santo, pela quinta vez no discurso, a fim de conduzir os discípulos à plena verdade (v. 13). A verdade plena é ele mesmo, a totalidade da sua pessoa e mensagem. Por conseguinte, é preciso deixar-se conduzir pelo Espírito Santo para conhecer plenamente Jesus e sua mensagem, tendo a capacidade de atualizá-la diante de novas situações e fatos da história. É assim que ele se sente glorificado (v. 14).

Jesus conclui seu anúncio do envio do Espírito Santo com a reafirmação de sua comunhão com o Pai e com o próprio Espírito, revelando a íntima unidade dos três (v. 15). Nisso, o texto revela-se altamente trinitário, mesmo sem propor qualquer definição do mistério. O Espírito é responsável por anunciar à comunidade tudo o que recebe de Jesus; e tudo o que Jesus concede ao Espírito recebeu do Pai. Logo, a presença perene de Jesus na comunidade, por meio do Espírito, é também presença do Pai. É essa relação que torna sempre novo e atual tudo o que Jesus viveu e ensinou. Deixar-se conduzir pelo Espírito Santo é entrar também nessa comunhão profunda com o Pai e o Filho.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Esta solenidade não é ocasião para tentar explicar o mistério da Santíssima Trindade. É importante ressaltar, com base nas leituras,

que Deus se deixa conhecer pela sua forma de atuar no mundo, sobretudo em favor da humanidade. Em todas as leituras, prevalece a imagem de um Deus que se relaciona, que é comunhão em si mesmo e se abre à comunhão com o universo inteiro. Da imagem que temos de Deus depende nossa relação com ele, por isso é importante percebê-lo próximo, criando laços. Que a certeza da comunhão trinitária estimule a vida fraterna, a solidariedade e o amor em nossas comunidades.

SOLENIDADE DO CORPO E
SANGUE DE CRISTO

19 de junho

Pão repartido e vida doada: prova de amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

A solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, que conclui o ciclo das grandes celebrações pós-pascais, surgiu na Bélgica, com o objetivo de reafirmar a presença real de Jesus na Eucaristia e promover a devoção ao Santíssimo Sacramento. Foi instituída oficialmente, no século XIII, pelo papa Urbano IV e rapidamente se popularizou em todo o mundo. Por muito tempo, foi celebrada com uma finalidade mais devocional e triunfalista, cujo ápice era a solene procissão. Com a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, foi aprimorada teologicamente. Nesta festa, a Igreja reafirma e proclama solenemente sua fé na Eucaristia como memorial da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, como alimento que sustenta e conduz à vida eterna, e como presença permanente do Senhor junto a seu povo. Também recorda o compromisso dos cristãos com as pessoas mais necessitadas, sobretudo as que ainda não têm acesso ao pão de cada dia.

Tudo isso é contemplado pelas leituras. A primeira relata a oferta de Melquisedec a Abraão, vista como prefiguração da Eucaristia, desde as origens cristãs. Na segunda, Paulo

narra a própria instituição da Eucaristia, recordando as palavras do Senhor na última ceia, com o anúncio da oferta total de sua vida para a salvação de todos, como consequência de um amor ilimitado. O Evangelho traz o relato da multiplicação dos pães e peixes, lido como antecipação do banquete eucarístico e convite ao compromisso de comunhão e solidariedade que a participação nele implica.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Gn 14,18-20)

Tirado do livro do Gênesis, o texto pertence à seção narrativa conhecida como “ciclo de Abraão” (Gn 11,27-25,18). Como sugere o título, essa parte da obra relata a trajetória do primeiro grande patriarca hebreu, desde seu nascimento até sua morte. O capítulo 14 surpreende pela peculiaridade, pois retrata Abraão como um guerreiro, uma característica pouco recordada da sua identidade. Segundo o relato, ele chega a participar de uma guerra, envolvendo vários reis, para resgatar seu sobrinho Ló, que havia sido capturado durante o conflito (14,12). Com o auxílio de seus servos e familiares, derrotou quatro reis e seus respectivos exércitos, ao mesmo tempo que conseguiu libertar seu parente (14,14-16). Depois disso, alguns dos reis que tinham sido beneficiados pela vitória de Abraão foram ao seu encontro para prestar-lhe homenagens, em agradecimento. É nesse contexto que se insere a leitura.

O misterioso personagem Melquisedec, apresentado como rei de Salém – futura Jerusalém – e sacerdote do Deus altíssimo, oferece pão e vinho a Abraão, quando este retornava da batalha, como homenagem e agradecimento por sua vitória (v. 18). Homenagear heróis de guerra com oferendas e sacrifícios era prática comum no mundo antigo. Contudo, a oferta de Melquisedec chama a atenção pela singularidade, pois pão e vinho são símbolos da vida cotidiana, com

suas reais necessidades para a sobrevivência, ao mesmo tempo que se revestem de sacralidade. Desse modo, a oferta de Melquisedec significa também uma atitude de solidariedade com Abraão e seus servos, que, certamente, se encontravam exaustos pela viagem e pela luta. Além de oferecer pão e vinho, ele abençoa Abraão em nome do Deus altíssimo, a quem reconhece como criador de todas as coisas e louva como verdadeiro responsável pela vitória (v. 19-20a). Em sinal de gratidão pela oferta, Abraão entrega o dízimo de tudo a Melquisedec (v. 20b), um gesto recordado pelo autor para justificar a prática dos dízimos em Israel.

Esse é o único episódio protagonizado por Melquisedec, o primeiro personagem bíblico a receber o título de sacerdote. Mais tarde, ele será recordado como figura messiânica em Israel, como atesta o salmo desta liturgia (Sl 109,4), e prefiguração de Cristo e do seu eterno sacerdócio (Hb 5-7). Desde as origens do cristianismo, sua oferta de pão e vinho a Abraão é lida como imagem do sacrifício de Jesus Cristo, ao doar sua vida, fazendo-se comida e bebida para a salvação do mundo.

2. II leitura (1Cor 11,23-26)

Apesar da tonalidade polêmica, devido aos vários problemas internos da comunidade destinatária, que Paulo buscou corrigir por meio da carta – como as rivalidades, divisões e vaidades –, 1 Coríntios conserva alguns dos ensinamentos mais relevantes das origens cristãs. O trecho lido na liturgia é claro exemplo disso. Trata-se do primeiro relato escrito da instituição da Eucaristia do Novo Testamento. Acredita-se, até, que essa passagem serviu de base para as narrativas da última ceia dos Evangelhos sinóticos, sobretudo o de Lucas, cuja afinidade com ela é bastante evidente (Lc 22,14-20). Está inserida precisamente na seção que trata do ordenamento das reuniões litúrgicas da comunidade (1Cor 11,2-14,40).

Nesse contexto, Paulo criticou duramente o comportamento dos coríntios durante o

encontro fraterno da fração do pão (11,17-34), convidando-os a viver o verdadeiro sentido da Eucaristia: memorial da última ceia de Jesus e vínculo de comunhão com ele e de unidade entre os irmãos. Com efeito, nas primeiras comunidades, celebrava-se a Eucaristia durante uma ceia comum. A comida e a bebida eram levadas pelos próprios participantes, de acordo com as possibilidades, como sinal de unidade e partilha. Em Corinto, por causa das divisões, a celebração estava comprometida. Quem chegava primeiro não esperava pelos outros; os mais pobres, que chegavam por último por causa do trabalho, ficavam sem comida. Diante disso, Paulo recordou as palavras do próprio Jesus na última ceia (v. 24-25), a fim de sensibilizar a comunidade para o sentido da Eucaristia e o compromisso que dela emana.

O pão e o vinho oferecidos e repartidos são sinais de uma vida inteira doada por amor. Logo, “fazer em memória” de Jesus não significa apenas repetir ritualmente o gesto, mas implica assimilar o mesmo estilo de vida, com opções tão comprometedoras quanto as dele. Participar da Eucaristia, portanto, é assumir na vida o projeto de Jesus e comprometer-se com sua realização. Por isso, nas comunidades onde ela é celebrada, deve reinar o amor. E o amor gera partilha.

3. Evangelho (Lc 9,11b-17)

A “multiplicação dos pães” parece ter sido o milagre de Jesus mais apreciado pelas primeiras comunidades cristãs. Atesta isso o fato de ser o único milagre relatado pelos quatro Evangelhos, com seis relatos no total, uma vez que, em Mateus e em Marcos, é contado duas vezes (Mt 14,13-21; 15,29-39; Mc 6,35-44; 8,1-9; Lc 9,11-17; Jo 6,5-13). Apesar de tratar-se do mesmo acontecimento, cada evangelista narra-o à sua própria maneira, introduzindo elementos próprios, de acordo com suas intenções teológicas. Nesta liturgia, lemos a versão de Lucas, que está inserida na fase conclusiva da missão de Jesus

na Galileia, já muito próximo de iniciar seu longo caminho para Jerusalém (9,51). A cena está localizada precisamente entre a missão dos doze (9,1-6) e a confissão de Pedro (9,18-27), um dado que atesta sua importância.

Os apóstolos voltaram entusiasmados da missão e logo contaram a Jesus tudo o que tinham feito. Diante disso, Jesus tomou-os consigo, retirando-se um pouco para um lugar deserto, provavelmente para proporcionar-lhes um tempo de descanso e ouvir suas impressões com maior atenção (v. 10). As multidões, porém, descobriram o plano e foram ao encontro deles (v. 11a). O trecho selecionado pela liturgia começa exatamente afirmando que Jesus acolheu as multidões (11b), um detalhe exclusivo do relato de Lucas. Essa acolhida ressalta a misericórdia de Jesus, um dos temas mais relevantes de toda a obra lucana, evidenciando o cuidado de Deus por todas as pessoas, especialmente pelas mais necessitadas, o que é confirmado pela sequência do versículo: “falava-lhes sobre o Reino de Deus e curava todos os que precisavam”. As atitudes de acolher, anunciar o Reino e curar constituem verdadeira síntese da vida e missão de Jesus. Tudo isso é demonstração de um amor completo, que cuida e humaniza.

Com o final do dia se aproximando, os discípulos demonstram preocupação com a situação e dão uma sugestão bastante razoável para as circunstâncias: mandar as multidões embora (v. 12). Contudo, Jesus não aceita tal sugestão e os envolve no compromisso de dar de comer, de serem eles mesmos agentes de partilha (v. 13a), apesar de terem tão pouco: apenas cinco pães e dois peixes (v. 13b). De fato, o que tinham era quase nada para uma multidão de aproximadamente cinco mil pessoas. Jesus, porém, sempre acredita na força dos pequenos e na abundância do que parece pouco. Por isso, dá mais um passo, ordenando que os discípulos mandem o povo se sentar, organizados em pequenos grupos (v. 14).

A LOUCURA DE DEUS O CRISTO DE JOÃO

Alberto Maggi



CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Mediante as temáticas da criação (Gênesis) e da libertação (Êxodo), João apresenta Jesus como o pleno cumprimento das esperanças da Antiga Aliança.

Cristo é anunciado como plenitude de vida e de luz.



**ADQUIRA
JÁ**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

Depois que tudo estava organizado, Jesus cumpriu uma série de gestos com os cinco pães e os dois peixes: tomou-os, quer dizer, recebeu-os; olhou para o céu, certamente em ação de graças ao Pai pelos dons; partiu-os e os deu aos discípulos, para distribuí-los à multidão (v. 16). Tais gestos antecipam o que foi feito também na última ceia, embora compartilhada apenas com os discípulos. É importante notar que, apesar de indiferentes no início, os discípulos participaram de todos os momentos do agir de Jesus até aqui. Isso revela quanto Jesus quis envolvê-los, o que indica o comprometimento dos seus seguidores, em todos os tempos, com suas causas, como o combate à fome, por exemplo. De fato, o resultado do conjunto de atitudes de Jesus e seus discípulos foi exatamente a superação da fome: “Todos comeram e ficaram satisfeitos” (17a). E houve mais: “ainda foram recolhidos doze cestos, que sobraram” (17b), tamanha a abundância do conjunto de atitudes de Jesus, suficientes para matar a fome de Israel e do mundo.

Como se vê, mais do que um milagre, o relato da multiplicação dos pães é verdadeiro ensinamento de Jesus. É lição para os cristãos de todos os tempos. Ele nutriu materialmente a multidão faminta, que antes tinha sido alimentada pelo pão da Palavra, pois o início do texto diz que lhes foi anunciado o Reino de Deus. Isso quer dizer que as duas fomes – de Palavra e de pão – devem ser recordadas e saciadas sempre, sobretudo nas comunidades que celebram a Eucaristia, para que não apenas repitam gestos e ritos, mas realmente façam comunhão com ele.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia da Palavra, sobretudo o Evangelho, ensina-nos que não tem sentido participar da refeição fraterna da comunidade sem a disposição de viver como irmãos e sem se comprometer com o bem de todos. Em todas as leituras, a partilha do pão é fruto de atitudes de solidariedade e compaixão. Por isso, é necessário explicá-las bem, recordando o contexto da comunidade de Corinto, que levou Paulo a fazer memória da

última ceia de Jesus. Compreendemos o sentido da Eucaristia e fazemos verdadeira comunhão quando assimilamos a vida de Jesus na nossa, vivendo à sua maneira. A celebração constitui um momento privilegiado para recordar a unidade entre as duas mesas: a da Palavra e a do pão. Jesus é a Palavra que se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14). Fez da sua vida um dom, entregando-se totalmente por amor. Por isso, é importante que nossa fé na Eucaristia se traduza também em gestos concretos de amor e doação.

12º DOMINGO DO TEMPO COMUM

22 de junho

Confessar Jesus para segui-lo e revestir-se do seu amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

O centro da liturgia deste domingo é o reconhecimento da identidade de Jesus como o Cristo de Deus, ou seja, o Messias, com as implicações concretas que seu seguimento exige. É disso que trata precisamente o Evangelho, com o episódio da confissão de Pedro. Na primeira leitura, a misteriosa figura messiânica, marcada pelo sofrimento até a morte e apresentada pela profecia de Zacarias, prefigura a identidade de Messias sofredor que o próprio Jesus revela de si. Na segunda, o apóstolo Paulo recorda a condição do cristão a partir do batismo: revestido de Cristo, todo batizado compartilha da sua mesma identidade e missão. Por sua vez, o Evangelho ensina que isso implica trilhar um caminho semelhante ao de Cristo, com a disposição de amar sem medidas, com a coragem de carregar a cruz. Confessar Jesus, portanto, é comprometer-se com seu projeto e tornar-se sujeito ativo na construção do seu Reino.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Zc 12,10-11; 13,1)

Na obra atribuída ao profeta Zacarias, estudiosos identificaram um fenômeno semelhante

ao observado no livro de Isaías: a presença de mais de um livro dentro do texto que leva o nome do profeta. Enquanto, porém, em Isaías foram identificadas três seções autônomas, consideradas verdadeiros livros, a obra de Zacarias apresenta apenas duas, chamadas respectivamente de Primeiro Zacarias (Zc 1-8) e Segundo Zacarias (Zc 9-14), o que é compreensível, dada sua menor extensão. De acordo com essa divisão, o trecho empregado na liturgia deste domingo pertence ao Segundo Zacarias, obra de um autor desconhecido, que viveu provavelmente entre o final do século IV e o início do III a.C., período que coincide com o começo da dominação grega na Palestina. Isso justifica o forte acento messiânico e apocalíptico que permeia o escrito.

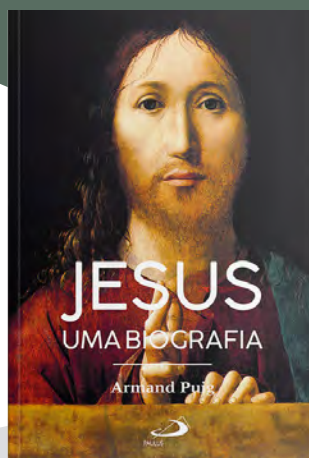
A leitura compreende uma das passagens mais difíceis do livro, tanto do ponto de vista gramatical quanto teológico. Faz parte de uma seção literária marcada pela expectativa messiânica (12,1-14,21). O texto traz um anúncio de salvação e libertação, cujo protagonista é apresentado de forma ambígua: ora como o próprio Deus, ora como um enviado seu, como sugere a mudança repentina da primeira para a terceira pessoa, logo no início (12,10a). O mais importante, no entanto, é a promessa de mudança no destino do povo que sofria sob o jugo da dominação estrangeira, sendo a primeira mudança necessária a conversão interior. Para isso, é anunciado o derramamento, pelo Senhor, de um espírito de graça e oração, a fim de que o povo olhe para Ele, o que pode ser compreendido como um “voltar-se”, sinal de arrependimento e renovação.

Na sequência, o texto fala de uma figura misteriosa, tão enigmática quanto o Servo sofredor do Segundo Isaías (Is 42,1-7; 49,1-6; 50,4-9; 52,13-53,12). A morte dessa personagem provoca uma comoção geral (12,10b). O mesmo povo que o traspassou, ferindo-o de morte, chora profundamente pelo ocorrido, o que indica um princípio de conversão. Mesmo sem haver consenso, a maioria dos

JESUS

UMA BIOGRAFIA

Armand Puig



O livro apresenta, de forma detalhada e imparcial, os dados históricos sobre Jesus, acessível a todos, independentemente de convicções religiosas.



**ADQUIRA
JÁ**

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

estudiosos identifica o acontecimento com o qual a morte desse personagem é comparada, em 12,11, com a trágica morte do rei Josias (2Rs 23,29), ocorrida em Meguido (Magedo), a qual também gerou grande comoção na população de Jerusalém. O resultado do sofrimento e morte do desconhecido personagem é a renovação do povo e a inauguração de nova relação com Deus, que se torna acessível a todos (13,1).

Desde o início do cristianismo, essa passagem de Zacarias é lida como prefiguração da paixão de Jesus, a ponto de parte dela ser citada explicitamente pelo evangelista João, na cena da crucifixão (Jo 19,37). O emprego dessa leitura na liturgia deste domingo funciona como preparação ao Evangelho, no qual Jesus antecipa aos discípulos seu destino de sofrimento, contrariando as expectativas triunfalistas deles.

2. II leitura (Gl 3,26-29)

A carta aos Gálatas, da qual é tirada a leitura, destaca-se pela tonalidade polêmica e, ao mesmo tempo, pela profundidade teológica. Acredita-se que tenha sido escrita na cidade de Éfeso, em meados dos anos 50 d.C., com a finalidade de corrigir sério problema teológico instaurado nas comunidades da Galácia pela ação de cristãos judaizantes, que estavam impondo as obras da Lei, principalmente a circuncisão, como requisitos necessários à salvação. Essa posição contradizia profundamente a pregação de Paulo, que defendia a fé em Jesus Cristo como único meio de acesso à salvação. Por isso, a carta ficou conhecida como a “carta da liberdade cristã”, sendo considerada o mais revolucionário de todos os escritos de Paulo. Por certo, a passagem lida neste domingo atesta isso. Trata-se do hino batismal, frequentemente reconhecido como a síntese e o coração de toda a carta.

Nesse texto, Paulo ensina que o batismo transforma radicalmente a pessoa. A fé em Jesus Cristo já é suficiente para tornar qualquer ser humano filho de Deus (v. 26).

Ao ser batizada, a pessoa é toda revestida de Cristo (v. 27), o que significa ser impregnada dele, passando a compartilhar sua mesma identidade, dignidade e missão. Esse privilégio, contudo, traz consequências muito concretas para o cristão, pois implica assumir seu estilo de vida, com a disposição de amar sem medidas e a coragem de carregar a cruz. O resultado disso é uma nova humanidade, um mundo sem divisões, nem barreiras, nem preconceitos, uma vez que o revestimento de Cristo torna todos iguais (v. 28), na condição de irmãos uns dos outros, o que não significa cancelamento da diversidade, mas valorização das diferenças sob nova perspectiva.

É do conjunto de tudo isso que se constitui o verdadeiro povo de Deus (v. 29), pois a humanidade inteira é destinatária de suas promessas, cujo cumprimento se dá no amor de Jesus, derramado sobre todo o mundo, do qual a cruz é a confirmação.

3. Evangelho (Lc 9,18-24)

O Evangelho traz o clássico relato da confissão de Pedro sobre a identidade de Jesus, seguido do primeiro anúncio da paixão e o reforço das exigências para o discipulado. Esse episódio é comum aos três Evangelhos sinóticos, embora seja retratado em cada um de maneira diversa, de acordo com as respectivas intenções teológicas e as necessidades das comunidades destinatárias. Não obstante, em todos eles, trata-se de um acontecimento central da vida de Jesus e, consequentemente, dos seus discípulos, sendo considerado verdadeiro divisor de águas para a trama de cada Evangelho. De fato, nos três sinóticos, esse episódio está inserido na conclusão do ministério de Jesus na Galileia, muito próximo de iniciar seu caminho para Jerusalém.

A liturgia nos oferece a versão de Lucas, que apresenta contornos próprios desde o primeiro versículo: ele ignora a localização do episódio em Cesareia de Filipe e, de maneira única, afirma que Jesus se encontrava em oração, num lugar retirado, junto aos seus discípulos (v. 18a).

A oração, como se sabe, é um dos temas mais caros a Lucas. Ele faz questão de apresentar Jesus em oração nos momentos mais importantes da sua vida, desde o batismo (3,21) até a paixão (22,39-46). Por meio da oração, Jesus cultivava a intimidade com o Pai e, assim, fortalecia-se para seguir sua missão com fidelidade. Portanto, foi em clima orante que ele perguntou aos discípulos sobre a opinião do povo a respeito da sua identidade (v. 18b). As respostas indicam uma imagem positiva de Jesus junto ao povo, mas insuficientes, pois ele era mais do que um profeta (v. 19).

Parece que a pergunta sobre a opinião do povo a seu respeito era apenas um pretexto. O que realmente interessava a Jesus, naquele momento, era a imagem que os discípulos tinham dele e do seu projeto. Daí a pergunta dirigida a eles e prontamente respondida por Pedro, na condição de porta-voz do grupo, em forma de confissão: “o Cristo de Deus” (v. 20). Apesar de correta, a confissão de Pedro ainda refletia uma visão limitada do messianismo de Jesus, que não era o Messias glorioso e guerreiro esperado, mas o Messias Servo, destinado ao sofrimento, à rejeição, à morte e à ressurreição. Por isso, Jesus ordenou que não contassem a ninguém (v. 21) e, logo em seguida, fez o primeiro anúncio da paixão, a fim de corrigir as expectativas distorcidas que tinham dele e do seu messianismo (v. 22), apresentando-se, implicitamente, como Messias sofredor, ao invés de glorioso, como queriam os discípulos. O sofrimento anunciado por ele não era predestinação, mas consequência de sua fidelidade ao Pai e seu projeto de Reino.

Na sequência, Jesus apresenta as exigências do discipulado: renunciar a si mesmo, tomar a cruz cotidianamente e segui-lo (v. 23). Renunciar significa abandonar egoísmos e projetos desalinhados com o Reino; tomar a cruz implica assumir os desafios e rejeições que a vivência do Evangelho implica. Tudo isso exige fidelidade, perseverança e,

acima de tudo, uma mentalidade nova, para acolher e seguir um Messias tão “às avessas”, comparado ao que previa a tradição. O texto conclui com uma afirmação proverbial, que ressalta a lógica subversiva do Reino: “Quem quiser salvar a sua vida vai perdê-la; e quem perder a sua vida por causa de mim, esse a salvará” (v. 24). Essa inversão de valores destaca que, na visão de Jesus, a verdadeira vida é encontrada na entrega e no compromisso com os valores do Reino, como amor, justiça e igualdade, mesmo sabendo que o destino de quem faz opção é a cruz. Com efeito, a salvação não é simplesmente a preservação ou repouso eterno da alma, mas sobretudo a vida e a mensagem libertadora de Jesus, o Salvador. Salva-se, portanto, quem assimila essa mensagem e a transforma em vida.

Somos convidados hoje, de modo especial, a procurar conhecer cada vez mais a identidade autêntica de Jesus, para podermos continuar no seu seguimento. Segui-lo é confrontar-se com as estruturas do mundo que impedem a realização, desde já, do Reino de Deus. O seguimento e o anúncio devem ser frutos de uma relação de intimidade com ele e com o Pai. Sem convicção e conhecimento da sua pessoa, o anúncio tende a ser distorcido.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A pergunta de Jesus aos discípulos a respeito da sua identidade continua sendo feita, todos os dias, a todos os cristãos. É pergunta decisiva, cuja resposta orienta a maneira de se relacionar com ele, com Deus e com o próximo. Na homilia, é importante estabelecer a relação entre os três textos, recordando, coerentemente, o contexto de cada um, mostrando cuidadosamente o que os une e o que os separa. É oportuno ressaltar as implicações concretas do seguimento de Jesus atualmente, motivando as pessoas a identificar em si mesmas o que deve ser feito cotidianamente para tornar o Reino de Deus cada vez mais presente na vida.

Seguidores de Jesus, testemunhas do Evangelho e guardiões da fé

I. INTRODUÇÃO GERAL

No centro da liturgia desta solenidade está a memória dos apóstolos Pedro e Paulo, as duas testemunhas mais notáveis do cristianismo das origens, de acordo com os escritos do Novo Testamento, cujos legados se estendem pelos séculos afora. Pedro, um pescador galileu transformado em pescador de seres humanos; Paulo, um fariseu fanático e perseguidor de cristãos, transformado em apóstolo das nações. Ambos assumiram um protagonismo incomparável no início da Igreja, a ponto de aventar-se que o livro dos Atos dos Apóstolos poderia até ser chamado de Atos de Pedro e Paulo. Com caminhos e métodos diferentes – como eram tão diferentes em personalidades e histórias de vida –, tiveram em comum a paixão por Jesus Cristo e o zelo pelo seu Evangelho, recebendo, como prêmio, a coroa do martírio.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 12,1-11)

Embora forneça o melhor panorama da vida da Igreja em suas origens, o livro dos Atos dos Apóstolos não é um livro de crônicas, e sim uma obra teológica e catequética, na qual, por meio de narrativas, o autor Lucas quer mostrar que nenhuma força consegue impedir a expansão da Palavra de Deus. É nessa perspectiva que devemos ler todo o livro e, especialmente, o texto indicado pela liturgia como primeira leitura. Trata-se de um dos textos mais vivos e animados de todo o livro. É também a última cena que tem Pedro como protagonista, pois, no capítulo seguinte (cap. 13), entra em cena o protagonismo de Paulo. Obviamente, estamos falando do

protagonismo humano, que é secundário, pois os verdadeiros protagonistas do livro são o Espírito Santo e a própria Palavra de Deus, de quem Pedro e Paulo são apenas instrumentos.

O texto reflete um momento delicado na vida da Igreja primitiva: a perseguição promovida pelo rei Herodes, com prisões, torturas e até a morte de um dos apóstolos: Tiago (v. 1-2). Com isso, o autor mostra que a vida dos discípulos vai se configurando cada vez mais à vida do próprio Jesus, na condição de vítimas de perseguição pelos detentores de poder (v. 3-4). Ademais, a prisão de Pedro nos “dias dos Pães Ázimos”, ou seja, no tempo da Páscoa, é a principal demonstração de que o autor quer mostrar uma correspondência entre o destino dos discípulos e o de Jesus. Um dos aspectos mais interessantes que a leitura retrata é a oração da Igreja como fonte de libertação para Pedro (v. 5). Isso ressalta tanto a importância dele para a comunidade de Jerusalém quanto a confiança da Igreja no Senhor. Lucas – o autor do livro – apresenta a oração como uma prática constante da Igreja, em continuidade com o que ele diz de Jesus em seu Evangelho. Com isso, quer dizer que a vida da Igreja reflete a vida de Jesus, e isso é prova de fidelidade.

O milagre da libertação de Pedro é descrito (v. 6-11) com uso de diversas imagens, que visam ressaltar que Deus é o verdadeiro protagonista e Senhor da história, propondo três ensinamentos fundamentais para a vida da comunidade. O primeiro é a eficácia da oração comunitária; o segundo é a proteção de Deus sobre as pessoas escolhidas para seu serviço; o terceiro é a certeza de que nenhuma força ou poder humano é capaz de impedir a realização do projeto libertador de Deus. A expressão “anjo do Senhor” (v. 7.11) significa o próprio Deus; é ele quem liberta o ser humano de todo mal, pois é dele que vem a salvação.

2. II leitura (2Tm 4,6-8.17-18)

A segunda carta a Timóteo, da qual é tirada a segunda leitura, é considerada uma espécie

de testamento espiritual de Paulo, embora a maioria dos estudiosos considere que o autor real do escrito não foi o apóstolo, e sim algum discípulo muito próximo, que conhecia seus sentimentos e pensamentos. Contudo, independentemente de quem seja o verdadeiro autor, o importante é que nela ouvimos a voz de Paulo e a batida do seu coração.

A carta retrata a fase final da vida do apóstolo, quando já estava na prisão, e revela a consciência tranquila de quem dedicou a vida ao Evangelho de Jesus Cristo (v. 6). Com muita serenidade, empregando linguagem simbólica, ele relata sua apaixonante experiência de vida cristã. Sua tranquilidade de consciência provém da convicção de ter guardado a fé (v. 7). Com isso, quer dizer que anunciou o Evangelho de modo integral e pleno, sem nenhuma distorção (v. 17); foi plenamente fiel ao Senhor. Para expressar seu zelo e sua fé, ele recorre à linguagem do culto (v. 6), o que significa a consciência do martírio que se aproximava e a certeza de ter feito da vida um culto agradável a Deus. Também recorre a imagens do mundo militar e esportivo: “combati o bom combate, completei a corrida” (v. 7).

Enfim, a vida de Paulo foi uma aventura de amor na qual ele fez tudo o que foi possível para o Evangelho ser anunciado. Para isso, contou com a proteção do Senhor em todos os momentos. A conclusão da leitura expressa a confiança que marcou toda a sua vida, por isso termina com um hino de louvor a Deus (v. 18), como deve ser a vida de todos os cristãos.

3. Evangelho (Mt 16,13-19)

O Evangelho deste dia é a versão de Mateus da confissão de fé feita por Pedro, reconhecendo Jesus como “o Messias, o Filho do Deus vivo” (v. 16). Esse episódio é comum aos três Evangelhos sinóticos (Mt 16,13-19; Mc 8,27-30; Lc 9,18-21), mas o relato de Mateus é mais rico e valoriza mais a figura de Pedro. A cena narrada está ambientada na região de Cesareia de Filipe (v. 13), no extremo norte da Galileia. Como o

DIREITOS HUMANOS E DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

DA GLOBALIZAÇÃO DA
INDIFERENÇA À GLOBALIZAÇÃO
DA SOLIDARIEDADE

Rosana Manzini / Ronaldo Zacharias (orgs.)



CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Obra destinada a todos os
interessados em aprofundar seus
conhecimentos sobre a Doutrina
Social da Igreja e as
urgências sociais.



ADQUIRA
JÁ

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

loja.paulus.com.br

próprio nome indica, Cesareia – homenagem a César – era uma cidade imperial, onde o culto ao imperador romano era praticamente obrigatório. Logo, a confissão da messianidade de Jesus naquele lugar significa clara denúncia e desmascaramento da religião imperial.

A pergunta de Jesus sobre o que dizem dele (v. 13b), ou seja, do Filho do Homem, não quer dizer que ele se preocupasse com sua imagem pessoal, e sim com a eficácia do anúncio pelos seus seguidores. De fato, até então Jesus já tinha realizado muitos sinais entre o povo e ensinado bastante, mas as pessoas ainda não conheciam sua verdadeira identidade. Muita gente o seguia pela novidade que ele trazia: uns pelo seu jeito diferente de acolher os mais necessitados e excluídos, outros para se aproveitarem dos seus milagres. Isso fica claro pela resposta dos discípulos à pergunta sobre a opinião do povo, embora Jesus já estivesse bem-conceituado, pois era reconhecido como um grande profeta (v. 14). Os personagens citados na resposta foram grandes homens, profetas que acenderam a esperança de libertação, anunciando, denunciando e testemunhando.

A pergunta sobre o que as outras pessoas pensavam sobre ele foi apenas um pretexto. O que Jesus queria saber mesmo era o que seus discípulos pensavam. Por isso, pediu também a opinião deles (v. 15), e, em nome de todos, Pedro respondeu solenemente: “Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo” (v. 16). Trata-se de resposta complexa e profunda. É muito significativo que Jesus seja reconhecido como o Messias esperado, ou seja, o Cristo, o enviado de Deus para libertar seu povo e a humanidade inteira. Como circulavam muitas imagens de messias naquela época, principalmente a de um messias guerreiro e glorioso, o segundo elemento da resposta de Pedro é de extrema profundidade e importância: além de definir a qualidade da messianidade de Jesus, servia para denunciar a falsidade do culto ao imperador romano, que exigia ser reverenciado como filho de uma divindade.

Satisfeito com a resposta de Pedro, Jesus o proclama bem-aventurado (v. 17), pois percebe que ele está aberto aos propósitos do Pai, e é isso que o torna apto a participar da construção da sua comunidade, a Igreja (v. 18). Ao contrário do judaísmo, que necessitava de um templo de pedras, Jesus quer, acima de tudo, pedras vivas na edificação da sua Igreja. Pedro é, pois, a primeira pedra viva. Edificada a Igreja com pedras vivas e seguras como Pedro, Jesus declara que as hostilidades e perseguições – o poder do inferno – não conseguirão destruí-la.

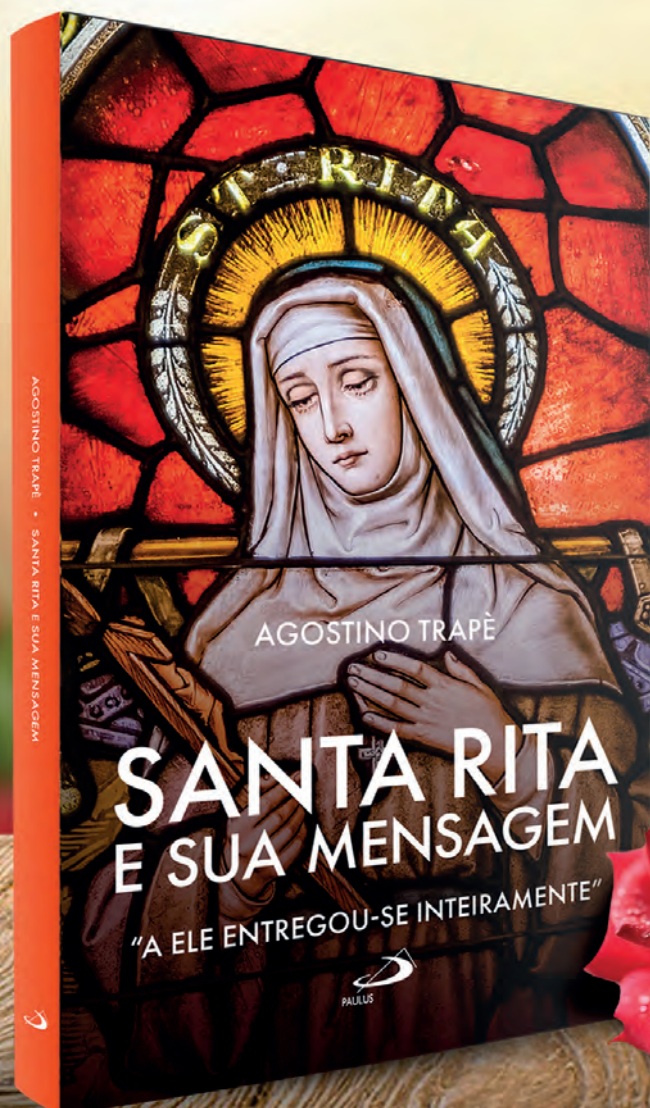
No final, temos a mais significativa declaração de Jesus a Pedro e à comunidade (v. 19), que é, acima de tudo, a outorga de uma missão. A comunidade recebe “as chaves do Reino dos Céus” porque é nela que se faz a experiência da fé e da comunhão profunda com Deus. “Ligar e desligar” é, portanto, imagem da responsabilidade e da missão da Igreja. Se alguém ficar fora do Reino, a causa pode ser a omissão da comunidade. Isso significa que, quando a comunidade cristã vive profundamente o que Jesus ensinou, acontece comunhão perfeita entre o céu e a terra.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia da Palavra deste dia retrata a profundidade das experiências de encontro e seguimento de Jesus, feitas pelos apóstolos Pedro e Paulo. Cada um, à sua maneira, com a palavra e o testemunho, mostrou ao mundo quem é Jesus, conforme a pergunta central do Evangelho desta festa: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16,15). Todos os cristãos, em todos os tempos, têm a missão de continuar a responder a essa pergunta, anunciando quem é Jesus Cristo, considerando que a primeira forma de anúncio é o testemunho, a configuração da vida ao Evangelho. Pedro e Paulo fizeram isso e receberam, como prêmio, a coroa do martírio. Questionemo-nos, então, como temos respondido à pergunta de Jesus sobre a sua identidade e como o temos manifestado em nossa vida.

Santa Rita de Cássia

Muito além dos milagres,
um propósito de vida



A devoção a Santa Rita de
Cássia vai além dos milagres.
Sua vida transmite uma
mensagem de fé e renovação
e nos convida a buscar
transformação espiritual,
ancorada no mistério de
Cristo e da Igreja.



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus



**COMPRE
AGORA**

A MUDANÇA
COMEÇA EM VOCÊ:
**TRANSFORME SUA
FÉ EM AÇÃO.**



A obra vai:

- Inspirar você a refletir sobre o papel da Igreja na sociedade contemporânea.
- Infundir-lhe coragem para agir em favor da justiça social e do amor ao próximo.
- Conectar seu coração à mensagem de esperança e transformação.

livro
DESTAQUE



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus



**COMPRE
AGORA**